



Relatório de Gestão e Contas 2013

Aprovado por unanimidade pela Assembleia Geral realizada a 31 de março de 2014

Missão

Promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço da promoção do desenvolvimento socioeconómico do País.

Visão

Tornar a economia social num setor coeso e reconhecido pelos poderes e pela sociedade, fator de fortalecimento da democracia participativa e para a construção de uma sociedade mais solidária.

Dinamizar a intercooperação entre as organizações da economia social, através do diálogo permanente, promovendo a inovação social.

Dinamizar parcerias entre o poder público e as organizações da economia social.

Valores

Cooperação e intercooperação;
Responsabilidade social e ambiental;
Solidariedade, democracia e transparência.

Objetivos Estratégicos

Colocar a economia social na agenda política nacional, através da promoção do reconhecimento legal e institucional do setor;

Reforçar a aliança entre o setor da economia social e o Estado, através da revitalização de modelos de interação entre o Estado, a sociedade civil organizada e o mercado;

Desenvolver um conjunto de programas, destinados a promover a criação de oportunidades para a modernização do setor da economia social;

Promover e apoiar o empreendedorismo social e estimular a capacidade empreendedora dos/das cidadãos/ãs e das organizações, visando o desenvolvimento sustentável.

Entidades Cooperadoras

A CASES agrega o Estado e as seguintes entidades representativas da economia social solidária:

- a) Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local - ANIMAR;
- b) Confederação Cooperativa Portuguesa, C.C.R.L. - CONFECOOP;
- c) Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, C.C.R.L. - CONFAGRI;
- d) Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade - CNIS;
- e) União das Misericórdias Portuguesas - UMP;
- f) União das Mutualidades Portuguesas - UMP.





Índice

I – Introdução

II – Enquadramento das Atividades

III – Configuração Organizacional

IV – Atividades

V – Ações desenvolvidas em 2013

VI – Execução Orçamental

I - Introdução

O presente Relatório de Gestão e Contas respeita ao exercício de 2013 correspondendo ao terceiro ano de atividade plena da CASES após a sua criação que ocorreu em março de 2010, conforme previsto no Decreto-Lei nº 282/2009, de 7 de outubro, que autorizou a instituição de uma cooperativa de interesse público – Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, CIPRL, “que sucede ao INSCOOP em todos os seus direitos, obrigações e poderes públicos de autoridade, bem como no exercício das suas competências e na prossecução das suas atribuições de serviço público”.

A CASES foi formalmente criada, em 4 de fevereiro de 2010, através de escritura pública que estabeleceu a parceria entre o Estado e as entidades representativas do setor cooperativo e social.

As entidades cooperadoras, além do Estado, que inauguraram a CASES, e que a integram, são: Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local – ANIMAR; Confederação Cooperativa Portuguesa, CCRL – CONFECOOP; Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL – CONFAGRI; Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade – CNIS; União das Misericórdias Portuguesas – UMP e União das Mutualidades Portuguesas – UMP.

O Plano de Atividades a que o presente Relatório respeita foi aprovado pela assembleia geral, realizada em 16 de dezembro de 2012, tendo sido aprovado por unanimidade, com a presença de todos os seus membros.

O financiamento do orçamento da CASES, no decurso do ano de 2013, foi assegurado, conforme previsto no nº 2 do art.º 14º do Decreto-Lei nº 282/2009, de 7 de outubro e nos Estatutos da CASES, através de transferências do orçamento do IEF, IP.

II – Enquadramento das Atividades

A missão da CASES tem vindo a desenvolver-se em torno de uma estratégia, aberta aos contributos, teóricos e práticos, de todos os seus cooperadores, assente em quatro eixos de atuação que têm vindo a ser explicitados nos seus Planos de Atividades:

- Eixo institucional e legal;
- Eixo do reforço da aliança entre o Estado e as organizações da economia social;
- Eixo assente nos programas, medidas e ações de promoção e modernização do setor;
- Eixo da promoção e apoio ao empreendedorismo social.

No plano institucional:

- Realizaram-se 4 reuniões da assembleia geral - 15 de março de 2013, 8 de maio de 2013, 23 de setembro de 2013 e 20 de dezembro de 2013 -, com a presença de todos os seus membros, que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas;
- Realizaram-se 4 reuniões do conselho fiscal - a 15 de março de 2013, 11 de setembro de 2013, 11 de dezembro de 2013 e 20 de dezembro de 2013 -, com a presença de todos os seus membros que deliberaram por unanimidade, das quais foram lavradas as respetivas atas;
- Realizaram-se 61 reuniões da direção tendo sido elaboradas as respetivas atas que evidenciam a apreciação, e aprovação, de 930 propostas.

No plano legal:

Com incidência direta na atividade da CASES foram publicados, em 2013, os seguintes diplomas:

- Despacho n.º 4611/2013 de 2 de abril:
Designação, do Licenciado Eduardo Manuel Fernandes Graça, para o cargo de Presidente da CASES.

II – Enquadramento das Atividades

- Despacho n.º 8327/2013 de 26 de junho:

Nomeação, do Licenciado Luís Alberto Silva, para o cargo de presidente do conselho fiscal da CASES.

- Despacho. N.º 15776/2013 de 3 de dezembro

Designa, para exercer as funções de vice presidente da CASES, a mestre Carla Maria Ferreira Pinto.

- Decreto-lei n.º 167-C/2013 de 31 de dezembro:

Aprova a Lei Orgânica do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (inclui a CASES, como entidade externalizada – artºs 3.7.b e 27º).

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2013 de 31 de dezembro:

Aprova o Plano Nacional de Implementação de Uma Garantia Jovem. A implementação do Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem (PNI-GJ) contará com a participação da CASES.

Com incidência no setor da economia social foram publicados, em 2013, os seguintes diplomas:

- Portaria n.º 75/2013 de 18 de fevereiro:

Regulamenta o disposto em artigos da Lei-Quadro das Fundações (n.º 2 do artigo 9.º e n.º 3 do artigo 22.º, ambos da Lei n.º 24/2012, de 9 de julho).

- Lei n.º 30/2013 de 8 de maio:

Lei de Bases da Economia Social

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2013 de 8 de maio:

Aprova o Plano Nacional de Voluntariado 2013-2015

II – Enquadramento das Atividades

- Decreto-lei nº 106/2013 de 30 de julho:

Define o estatuto das organizações não governamentais das pessoas com deficiência, bem como os apoios a conceder pelo Estado a tais organizações.

- Decreto-lei n.º 138/2013 de 9 de outubro:

Define as formas de articulação do Ministério da Saúde e os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com as instituições particulares de solidariedade social, bem como estabelece o regime de devolução às Misericórdias dos hospitais objeto das medidas previstas em diplomas legais, atualmente geridos por estabelecimentos ou serviços do SNS (Decretos -Leis n.os 704/74, de 7 de dezembro, e 618/75, de 11 de novembro).

- Decreto-lei n.º 152/2013 de 4 de novembro:

Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo de nível não superior.

- Decreto-lei n.º 165-A/2013 de 23 de dezembro:

Cria o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 95-A/2013 de 27 de dezembro:

Determina que o Estado atribui um montante de 30 milhões de euros para financiamento inicial do Fundo de Reestruturação do Setor Solidário.

Atividades no plano da estrutura organizacional e do pessoal:

Foi mantida, no essencial, a estrutura organizacional, criada no enquadramento do Plano de Atividades dos anos anteriores, orientada para o cumprimento das missões cometidas à CASES. No Plano de Atividades e Orçamento para 2013 havia sido previsto um número de dirigentes, técnicos/as e funcionários/as de 22, a que acresciam o Presidente e a Vice-presidente da direção, que se cumpriu.

II – Enquadramento das Atividades

A 31 de dezembro de 2013, verifica-se que, por efeito da exigência de admissão de 3 técnicos, para exercerem a função de delegados, no âmbito do Programa COOPJOVEM, o número total de funcionários ascendeu a 24.

Com respeito aos cargos de direção superior manteve-se a composição prevista nos Estatutos, com correspondência no Plano de Atividades para 2013, ou seja, um Presidente e uma Vice-presidente da direção, com estatutos remuneratórios previstos nos respetivos despachos de nomeação, e um Vogal não executivo da direção, não remunerado, eleito pela assembleia geral, recebendo senhas de presença conforme o estabelecido no despacho n.º 6518/2010.

Continuaram em funções dois dirigentes intermédios, técnico/a da CASES, em funções públicas, como Chefes de Equipa de Projeto, com um estatuto remuneratório equiparado à direção intermédia de 1º Grau da Administração Pública (antigo Diretor de Serviços), sendo técnico/a que transitaram do ex-INSCOOP. Manteve-se em funções, conforme alteração do organograma promovida em 2012, uma dirigente intermédia exercendo as funções de Secretária-geral assim como um dirigente intermédio no exercício de funções de Chefe de Equipa de Projeto do Programa Nacional de Microcrédito.

III – Configuração Organizacional



¹ Contrato de Trabalho em Funções Públicas (Funcionário/a do ex-INSCOOP)

² Contrato Individual de Trabalho

IV – Atividades

Ao longo de 2013 sublinham-se as seguintes atividades mais relevantes, incluindo aquelas que foram assumidas diretamente pela direção:

Concretização da reforma do setor da economia social solidária

No exercício que corresponde ao ano de 2013 a CASES foi chamada a participar num conjunto de projetos e iniciativas estruturantes para a reforma do setor da economia social solidária no nosso país no enquadramento do seu objeto estatutário: “promover o fortalecimento do sector da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram”, não perdendo de vista a necessidade permanente de contribuir para a confluência de ideias, projetos e sinergias de todos os membros que a integram.

No decurso de 2013 destaca-se, pela sua importância estratégica para o setor da economia social solidária, a aprovação da Lei de Bases da Economia Social (LBES) e a finalização, e divulgação, da Conta Satélite da Economia Social (CSES):

A) Lei de Bases da Economia Social (LBES)

No Plano de Atividades de 2013 referia-se a “previsível aprovação, pela Assembleia da República da LBES” o que veio a tornar-se realidade na sua sessão plenária, realizada em 13 de março de 2013, que aprovou, por unanimidade o Projeto de Lei n.º 68/XII – Lei de Bases da Economia Social.

A importância da LBES - Lei nº 58/2013, de 8 de maio -, assumindo-se como uma lei geral, afirma-se na prossecução do objetivo primordial de reconhecimento institucional e jurídico explícito do setor da economia social solidária, o que passa fundamentalmente por:

- a) Delimitar o âmbito subjetivo das suas entidades e os princípios orientadores da respetiva atuação;
- b) Identificar as formas de organização e representação da economia social;

IV – Atividades

- c) Definir as linhas gerais das políticas de fomento da economia social;
- d) Identificar as vias de relacionamento das entidades da economia social com os poderes públicos.

Neste contexto, o art.º 1º da LBES dispõe que «A presente lei estabelece, no desenvolvimento do disposto na Constituição da República Portuguesa quanto ao sector cooperativo e social, as bases gerais do regime jurídico da economia social, bem como as medidas de incentivo à sua atividade em função dos princípios e dos fins que lhe são próprios».

B) Conta Satélite da Economia Social (CSES)

A LBES portuguesa, antecederada pela aprovação de lei homóloga em Espanha, antecipou a iniciativa legislativa francesa (viveiro dos movimentos inaugurais da economia social) e a do Canadá (Quebeque), integrando no seu articulado (art.º 6º, nº 2) a obrigatoriedade da elaboração de uma Conta Satélite da Economia Social (CSES) nos seguintes termos: “Deverá ainda ser assegurada a criação e a manutenção de uma conta satélite para a Economia Social, desenvolvida no âmbito do sistema estatístico nacional”.

Tal consagração foi consensual em grande medida pelo facto da CSES ter suscitado, e incluído no seu plano de ação, logo em 2010, a criação de uma CSES correspondendo a um desafio contido em diversos documentos da UE tal como, por exemplo, a Resolução do Parlamento Europeu de 19 de março de 2009, sobre Economia Social, publicada em 25 de março de 2010.

A conceção, e criação, de tal instrumento estatístico competiria sempre à autoridade estatística nacional (Instituto Nacional de Estatística – INE) que, desde logo, aderiu à proposta tendo sido celebrado um protocolo entre as duas instituições (CSES e INE), em 14 de abril de 2011, tendo em vista a concretização, em parceria, do projeto.

IV – Atividades

No dia 18 de abril de 2013 foi apresentada a CSES, tomando por base o ano de 2010, através da qual é possível concluir que o setor da Economia Social Solidária em Portugal era constituído por 55.383 unidades, com forte heterogeneidade, tanto em número como pelo tipo de atividades desenvolvidas. No que respeita aos indicadores mais relevantes o VAB gerado pela Economia Social em 2010, representou 2,8% do VAB nacional.

O emprego remunerado gerado pela Economia Social representava, em 2010, por sua vez, 5,5% do emprego total nacional revelando uma capacidade empregadora superior a setores relevantes da atividade económica como, por exemplo, o sector da banca e seguros.

C) Conselho Nacional para a Economia Social (CNES)

O CNES, criado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 55/2010 de 4 de agosto e alterado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 103/2012, de 7 de dezembro, é o órgão de acompanhamento e de consulta do Governo no domínio das estratégias e das políticas públicas de promoção e de desenvolvimento da economia social.

Por razões operacionais, e de economicidade, conforme previsto no ponto 18 da Resolução supra que criou o CNES, o seu Secretário Executivo é o presidente da CASES, sendo-lhe atribuídas as seguintes competências:

- a) Preparar as reuniões do plenário, da comissão executiva e dos grupos de trabalho, procedendo, designadamente, à respetiva convocatória de membros e das entidades convidadas, à distribuição da agenda das reuniões e remetendo aos membros a documentação de suporte às questões a debater;
- b) Receber e responder às questões formuladas pelos membros;
- c) Redigir as atas do plenário, da comissão executiva e dos grupos de trabalho;
- d) Gerir e manter o sítio na Internet de divulgação das atividades do CNES;

IV – Atividades

- e) Fazer a divulgação junto da comunicação social das decisões tomadas pelo CNES, sem prejuízo do disposto no ponto 10, f);
- f) Exercer outras funções inerentes à sua condição.

No ano de 2013 o Plenário do CNES criou dois Grupos de Trabalho (GT), conforme previsto no seu Regulamento de Funcionamento, compostos por alguns dos seus membros e por peritos designados pelas organizações ou entidades com assento no CNES.

A criação desses GT designados por “Grupo de Trabalho para a Revisão da Legislação da Economia Social” (GT- LES) e “Grupo de Trabalho para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento” (GT-FEEI)” resultou da necessidade, respetivamente, de elaborar projetos no âmbito da regulamentação da LBES e de propor projetos no âmbito da preparação do Acordo de Parceria.

O GT-LES realizou, no decurso de 2013, 3 reuniões, tendo-se desdobrado em Comissões Redatoriais que, no conjunto, realizaram 11 reuniões, tendo sido enviados ao governo três (3) ante projetos de reforma da legislação ordinária sendo que dois (2) estão em fase de ultimateção.

O GT-FEEI realizou 8 reuniões tendo sido enviado ao governo 17 fichas de projeto aprovadas pelo GT. As reuniões dos GT e das Comissões Redatoriais foram sempre presididas pelo Secretário Executivo do CNES e apoiadas pelos serviços e técnicos da CASES.

D) I Congresso Internacional de Cascais sob o tema a “Economia Social nos Desafios do Século XXI”

A CASES havia previsto no seu Plano de Atividades para 2013 a realização da “I Convenção Nacional da Economia Social assegurando a participação ativa das diversas “famílias” da economia social no grande debate nacional que será suscitado pela previsível aprovação, pela Assembleia da República, da Lei de Bases da Economia Social (LBES) ”.

IV – Atividades

Tal iniciativa não foi concretizada tendo a CASES, assumido, em alternativa, a participação na organização do I Congresso Internacional de Cascais, sob o lema em epígrafe, realizado em 29 de junho, antecedido por uma reunião plenária do CNES.

No I Congresso Internacional de Cascais participaram diversas personalidades nacionais e estrangeiras, com responsabilidades, a diversos níveis, na área da economia social solidária, tendo a sessão de encerramento sido presidida pelo Senhor Primeiro Ministro, e na qual foi apresentada a “Declaração de Cascais 2013 da Economia Social e Solidária”.

E) Programas de apoio ao desenvolvimento da economia social

No decurso do ano de 2013 foram vencidas algumas das dificuldades que haviam atrasado a implementação do Programa Nacional de Microcrédito (PNM) e Social Investe, sob gestão da CASES, sem prejuízo de se manter a reserva de recetividade, em particular, por parte das instituições financeiras. Apesar de todas as dificuldades, conforme se descreve com detalhe no corpo do presente Relatório, foram validados pela CASES em 2013, 130 projetos no âmbito do PNM, contra 69 em 2012.

No âmbito do SOCIAL INVESTE, que teve o seu início em junho de 2013, foram emitidas 60 declarações a organizações a atestar a sua qualidade de destinatária da linha. A entidade gestora aprovou 15 candidaturas no montante próximo de 1 milhão e 265 mil euros, encontrando-se outros 4 processos em fase de análise no valor de 300 mil euros.

No que respeita ao programa COOPJOVEM é assinalável a elevada taxa de execução face aos objetivos definidos para o programa, tendo sido recebidas 1.281 candidaturas enquadradas em 244 projetos cooperativos, permitindo atribuir bolsas a 693 jovens.

IV – Atividades

F) Programa de apoio institucional às organizações

Por decisão da assembleia geral, sob proposta da direção, foi dada continuidade ao Programa de apoio institucional às organizações que integram a CASES, destinado a assegurar recursos mínimos para a sua qualificação institucional e representação nacional e internacional, o qual foi dotado de um regulamento próprio tendo sido executado nos termos nele previstos.

G) Casa António Sérgio e Biblioteca Digital

A Casa António Sérgio, sob gestão da CASES, foi alvo de uma intervenção de manutenção e conservação de que há muito estava carenciada.

Está cometida à CASES a missão de assegurar o depósito, conservação e acesso público ao legado de António Sérgio. Atenta a importância da biblioteca sergiana para a história da economia social em Portugal, e tendo em conta a sua conservação e divulgação, a CASES tem vindo a digitalizá-la possibilitando e facilitando o acesso às obras e às ideias de António Sérgio. Desta forma foi criada a Biblioteca Digital António Sérgio (BDAS) que, no final de 2013, disponibilizava online cerca de 60 000 páginas.

No decurso de 2013 foi digitalizado o Boletim Cooperativista, integrando a BDAS, obra que Sérgio delineou e começou a publicar em 1951. Assim, a história vivida das cooperativas portuguesas é disponibilizada a todos os que pretendam aprofundar trabalhos de investigação sobre mais de um quarto de século de experiências e ideias cooperativas.

H) Projetos na área da inovação social

A CASES tem vindo a participar em parcerias que têm por objetivo desenvolver e aprofundar projetos de inovação social.

IV – Atividades

Assinale-se a participação no Banco de Inovação Social (BIS), em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e outras entidades, assim como o prosseguimento do Projeto GeraçãoCoop, criado e gerido pela CASES, através dos seus quadros jovens, em parceria com as Confederações Cooperativas e a ANIMAR, destinado a promover e divulgar a forma cooperativa entre as gerações jovens.

Por outro lado a avaliação de impacto social e a questão do investimento nesta área são temas na agenda política europeia para a área das políticas económicas e sociais, com especial incidência no setor da economia social solidária. No âmbito nacional, têm vindo a ser desenvolvidas iniciativas que permitem colocar Portugal em linha com as políticas e práticas Europeias.

A CASES, neste âmbito, foi entidade promotora, conjuntamente com a Fundação Montepio, do “Programa Impacto Social”, vocacionado para desenvolver a análise “SROI – Social Return on Investment”.

I) Publicações

No decorrer do ano de 2013, a CASES publicou no âmbito da coleção “Estudos de Economia Social” as seguintes obras:

- a) Boletim Cooperativista – Fernando Ferreira da Costa, de João Salazar Leite, in Estudos de Economia Social, nº 4, maio de 2013 (500 exemplares)
- b) Microempresas, Microcrédito, Autoemprego, de António Curto e Amílcar Martins, in Estudos de Economia Social, nº 5, novembro de 2013 (500 exemplares)
- c) Conta Satélite da Economia Social, in Estudos de Economia Social, nº 6, dezembro de 2013 (500 exemplares)
- d) Boletim Cooperativista - O cooperativismo nas ex-colónias, de João Salazar Leite (edição em formato digital).

IV – Atividades

▪ Participações mais relevantes da direção com intervenção nas seguintes atividades:

- Em 4 de janeiro, Fundação Calouste Gulbenkian, Sessão de abertura da 2ª Edição da Academia Ubuntu, Lisboa;
- Em 17 de janeiro, Seminário "Estratégia Europa 2020: oportunidade para o setor da economia social, sim ou não?", Covilhã;
- Em 19 de janeiro, Congresso do Associativismo do Concelho de Sintra, "Associativismo: novos tempos, novos desafios.", Sintra;
- Em 25 de janeiro, Seminário Projeto Consolid@r, Funchal;
- Em 31 de janeiro, 5º Fórum Empreendedorismo "Uma Nova Economia para Portugal - A audácia de mudar", Santa Maria da Feira;
- Em 15 de fevereiro, Sessão de Apresentação do COOPJOVEM, Centro Distrital da Segurança Social do Porto;
- Em 18 de fevereiro, Cerimónia de assinatura do acordo de adesão "Fórum Empresas para a Igualdade - O nosso compromisso", Lisboa;
- Em 19 de fevereiro, sessão "Empreendedorismo", Salão Nobre Da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa;
- Em 21 de fevereiro, Seminário de formação "Direito Internacional e Europeu do Trabalho", Lisboa;
- Em 25 de fevereiro, Apresentação "Programa Impacto Social", Lisboa;
- Em 1 de março, Seminário "Governança e Desenvolvimento Rural: Território, Poderes e Organizações Face ao Horizonte 2020", Peniche;
- Em 2 de março, Lançamento Academia Ubuntu, Lisboa;
- Em 5 de março, Lançamento do Manual "Alimentação Inteligente - coma melhor, poupe mais", Lisboa;
- Em 9 de março, Sessão Solene do 99º Aniversário da CPOPP - Apresentação da TrabalhoCooP e III Encontro de Economia Social, Porto;

IV – Atividades

- Em 13 de março, assinatura Protocolo Programa Operacional Regional Alentejo – COOPJOVEM, Évora;
- Em 18 de março, sessão de assinatura de Contratos Impulso Jovem, Évora;
- Em 23 de março, sessão "Construindo um sistema cooperativo mediterrânico", Faro;
- Em 23 de março, 120º Aniversário da Cooperativa de Consumo Piedense, Almada;
- Em 2 de abril, seminário "Os Serviços e a Competitividade da Economia Portuguesa" (Centro Cultural de Belém), Lisboa;
- Em 6 de abril, Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da Mútua dos Pescadores, Lisboa;
- Em 12 de abril, IV Olimpíadas Castreja, Agrupamento Vertical de Escolas de Briteiros, Guimarães;
- Em 18 de abril, sessão de lançamento da Conta Satélite da Economia Social (INE), Lisboa;
- Em 20 de abril, sessão de apresentação do COOPJOVEM no âmbito da Pós-Graduação em "Economia Social – cooperativismo, mutualismo e solidariedade", FEUC, Coimbra;
- Em 22 de abril, cerimónia de inauguração das instalações da RedMut e tomada de posse dos órgãos sociais, Porto;
- Em 23 de abril, assinatura de protocolo no âmbito do Programa Nacional de Microcrédito, Barcelos;
- Em 30 de abril, assinatura do acordo de Instituição "BIS - Banco de Inovação Social", Lisboa;
- Em 6 de maio, sessão de esclarecimento/ debate sobre a constituição de associações e cooperativas, Ponte da Barca;
- Em 11 de maio, seminário "Economia Social: Os novos desafios das organizações do sector social e solidário em tempos de crise", Cristelo;
- Em 16 de maio, apresentação da CASES e das oportunidades para o empreendedorismo e economia social, Ameixoeira;
- Em 22 de maio, cerimónia Dia do Autor Português - 88º Aniversário da SPA, Lisboa;
- Em 29 de maio, sessão de esclarecimento "Constituição de associação ou cooperativa", Palmela;
- Em 31 de maio, cerimónia do 27º Aniversário UNIARME, Lisboa;

IV – Atividades

- Em 3 de junho, tertúlia de Economia Social (Centro Social Paroquial do Campo Grande), Lisboa;
- Em 12 de junho, assinatura de protocolo com o ISCSP, Lisboa;
- Em 18 de junho, seminário "A economia social, o emprego e o desenvolvimento Local" (Auditório do Banco de Portugal), Lisboa;
- Em 20 de junho, 3ª Conferência Anual da AME, "A importância da economia social no contexto da crise", Lisboa;
- Em 29 de junho, I Congresso Internacional "A Economia Social nos Desafios do Século XXI", Cascais;
- Em 5 de julho, conferência internacional "Europa 2020. Retórica, discursos, política e prática", Aveiro;
- Em 6 de julho, comemoração do Dia internacional das Cooperativas, Peniche;
- Em 18 de julho, comemoração do Dia Internacional Nelson Mandela, Lisboa;
- Em 18 de setembro, II Edição Azeméis é Social - "Lei de Bases da Economia Social", Oliveira de Azeméis;
- Em 19 de setembro, VII Coloquio Ibérico de Economía Social - "Economía social, empresas sociales y crisis del Estado del Bienestar en la Unión Europea", Sevilha;
- Em 20 de setembro, seminário "O novo ciclo de Fundos Comunitários 2014/2020" e "União Bancária e as Caixas Agrícolas", Lisboa
- Em 10 e 11 de outubro, Jornadas Técnicas de Salamanca, Salamanca;
- Em 26 de outubro, comemoração do Dia Nacional do Mutualismo, Lisboa;
- Em 26 de outubro, 1º Centenário da SCAFA, Entroncamento;
- Em 15 de novembro, sessão de encerramento do IX Encontro Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, Sesimbra;
- Em 19 de novembro, 6º Encontro Temático no MESS - "A comunicação online na AP - Os media sociais", Lisboa;
- Em 21 de novembro, sessão de apresentação do livro "O Mistério do Cooperativismo – da cooperação ao movimento cooperativo, Lisboa;

IV – Atividades

- Em 22 de novembro, assinatura de protocolo de cooperação com a Associação Comercial e Industrial de Barcelos, Barcelos;
- Em 25 de novembro, cerimónia de inauguração do Centro de Apoio a Deficientes Luís da Silva, Borba;
- Em 3 de dezembro, sessão de apresentação da Biblioteca Digital António Sérgio, Lisboa;
- Em 5 de dezembro, Fórum Social Palmela - "Painel Economia Social – dos conceitos, às interrogações e possibilidades futuras", Palmela;
- Em 5 de dezembro, sessão comemorativa do Dia Internacional dos Voluntários, Lisboa;
- Em 7 de dezembro, cerimónia de inauguração da Unidade de Cuidados Continuados Bento XVI, Fátima;
- Em 12 de dezembro, seminário "O Contributo do FSE para o Desenvolvimento e Coesão em Portugal: resultados e perspetivas de futuro", Lisboa
- Em 18 de dezembro, sessão de lançamento da plataforma IN SPIRA – Rede de Competências Caritas, Lisboa;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

- . Cooperação com outros serviços, organismos e entidades, nacionais e internacionais, tendo em vista a realização de ações conjuntas na área da economia social;
- . Apoio ao Conselho Nacional para a Economia Social (CNES);
- . Apoio à realização do I Congresso Internacional da Economia Social;
- . Credenciação das cooperativas e preparação de medidas de modernização administrativa;
- . Apoio técnico ao Júri do Prémio "Cooperação e Solidariedade – António Sérgio";
- . Promoção e divulgação de estudos e atividades de reflexão na área da economia social;

A Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva tem por missão garantir o apoio técnico às atividades de cooperação institucional, realizar estudos e análises prospetivas e assegurar a credenciação de cooperativas.

Durante o ano de 2013 a ERIEP desenvolveu as seguintes atividades:

Cooperação Institucional:

▪ Participação em organizações, grupos de trabalho e projetos nacionais e internacionais:

- ✓ Participação da CASES no Grupo de trabalho das cooperativas criado pela Comissão Europeia;
- ✓ Acompanhamento dos trabalhos, no Parlamento Europeu, do Intergrupo Economia social;
- ✓ Acompanhamento dos trabalhos da rede ESMED e participação na sua Assembleia Geral anual.

▪ Promoção de contactos com países lusófonos:

- ✓ Acompanhamento das atividades da OCPLP – Organização Cooperativista dos Povos de Língua Portuguesa;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

- ✓ Realização da Assembleia Geral da OCPLP, em Lisboa;
- ✓ Lançamento e atualização do Portal e Facebook da OCPLP;
- ✓ Articulação com a OCB/Brasil sobre o rumo a dar à OCPLP no campo da formação;
- ✓ Participação em Dili, Timor-Leste, no seminário internacional sobre cooperativismo;
- ✓ Divulgação pelos países lusófonos da edição eletrónica do livro "Cooperativismo nas ex-colónias", da autoria de João Salazar Leite;
- ✓ Revisão do Protocolo de cooperação entre a CASES e a Direção Nacional de Cooperativas, Micro e Pequenas Empresas do Governo de Timor-Leste;
- ✓ Participação em reunião sobre cooperação com PALOP's e Timor-Leste, promovida pelo MESS.

▪ Gestão dos protocolos e acordos de cooperação:

- ✓ Acompanhamento da execução dos protocolos celebrados pela CASES.

CNES:

- ✓ Organização, acompanhamento e secretariado das atividades do CNES, designadamente as reuniões do Plenário, Grupo de Trabalho e Comissões de Redação para a revisão da legislação cooperativa;
- ✓ Gestão e manutenção do sítio de divulgação das atividades do CNES, com realce para a disponibilização de documentação relevante.

I Congresso Internacional da Economia Social "Economia Social nos Desafios do Século XXI":

- ✓ Apoio à organização e acompanhamento do Congresso.

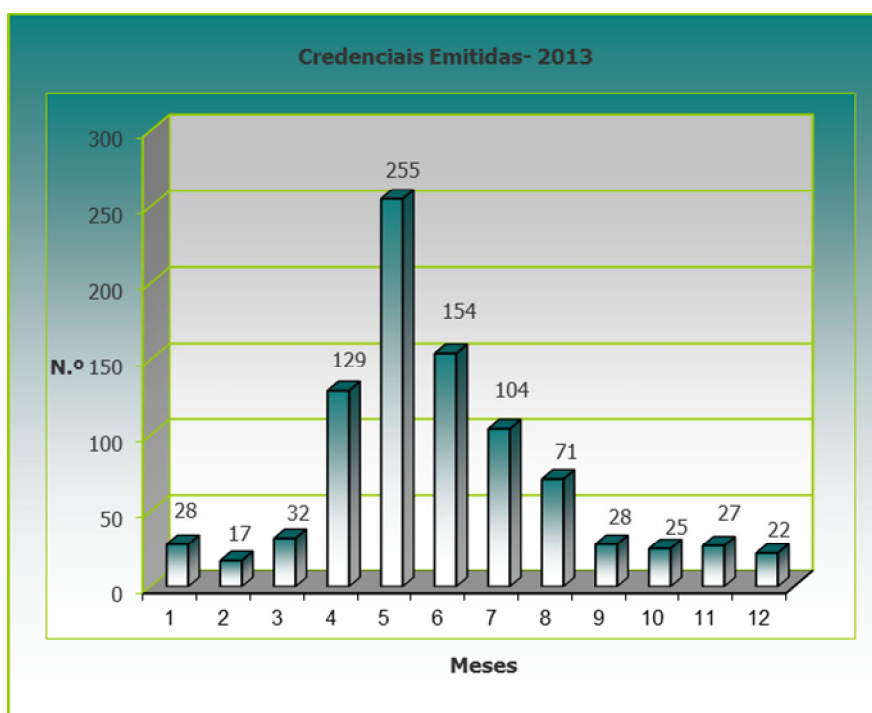
V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Credenciação de cooperativas e medidas de modernização:

- ✓ Emissão de 891 credenciais a solicitação de cooperativas, o que representa um decréscimo relativamente ao ano de 2012 (925), considerando que estão pendentes, por falta de envio de elementos, 180 pedidos de credenciação;
- ✓ Introdução de um novo sistema informático de gestão das credenciais.

Gráfico I – Credenciais Emitidas - 2013



Fonte: CASES

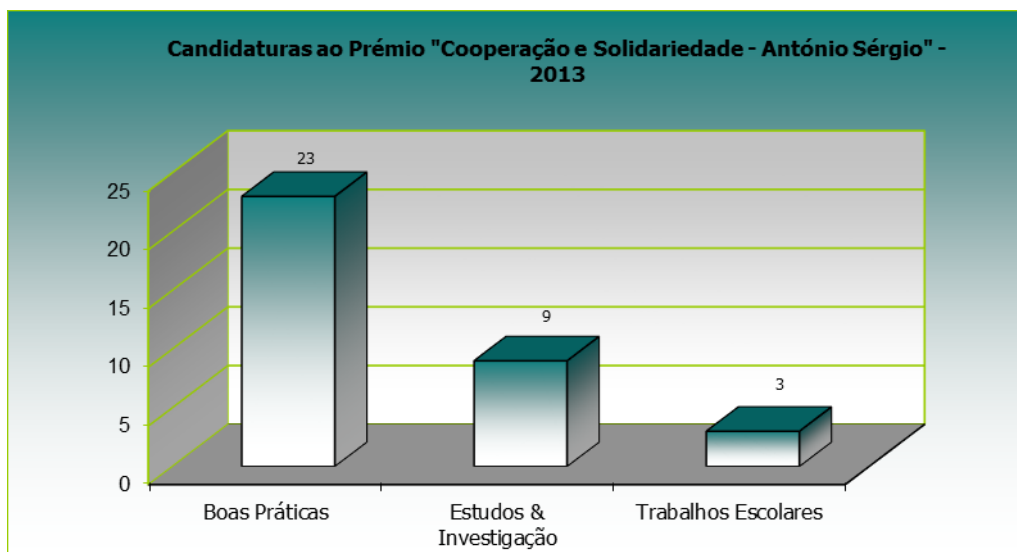
Prémio "Cooperação e Solidariedade – António Sérgio"

- ✓ Receção e análise de 35 candidaturas ao Prémio;
- ✓ Apoio técnico ao Jurí do Prémio nas várias fases do processo;
- ✓ Organização da 2ª Edição de Entrega do Prémio – Conferências de Economia Social, Escola EB1 Eng.º Duarte Pacheco, 4 de setembro de 2013.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

Gráfico II – Candidaturas ao Prémio “Cooperação e Solidariedade – António Sérgio” - 2013



Fonte: CASES

Estudos e atividades de reflexão e divulgação:

▪ Promoção e acompanhamento de estudos na área da economia social:

- ✓ Elaboração de diversos artigos sobre economia social e cooperativas;
- ✓ Divulgação no sítio e newsletters da CASES de informação sobre debates acerca da economia social em curso a nível internacional;
- ✓ Tradução de documentos da ACI para português e sua difusão pelo setor.

▪ Desenvolvimento de iniciativas em parceria com instituições académicas:

- ✓ Participação em aulas no âmbito de pós-graduações e júris de provas de agregação.

▪ Promoção de atividades de reflexão e de debate da Economia Social:

- ✓ Apoio ao CIRIEC na preparação do 7º Encontro Ibérico, em Sevilha;
- ✓ Compilação de textos de António Sérgio publicados no Boletim Cooperativista, com introdução de comentários por João Salazar Leite, trabalho divulgado no sítio da CASES e apresentado em sessões públicas;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva

- ✓ Participação na Comissão Organizadora do Fórum da Sociedade Civil.

▪ **Promoção do reconhecimento legal e jurídico da Economia Social:**

- ✓ Acompanhamento do processo legislativo referente à Lei de Bases da Economia Social;
- ✓ Envio de textos divulgativos da Lei de Bases da Economia Social e do regime aplicável às cooperativas de interesse público para conferências e revistas internacionais.

Outras Atividades:

- ✓ Atualização do Manual de Procedimentos da ERIEP;
- ✓ Elaboração e submissão ao SAMA de um projeto de credenciação *online*;
- ✓ Participação nas Assembleias Gerais da ACI e Cooperatives Europe, bem como em Conferências sobre Cooperativas por esta última organizadas;
- ✓ Participação na Assembleia Geral da CEPES espanhola e conferência sobre 'Como Construir a Europa através da Economia Social', ambas em Madrid;
- ✓ Participação em diversas conferências de âmbito nacional em Lisboa, São João da Pesqueira e Palmela.
- ✓ Participação nas atividades do projeto GeraçãoCoop.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social
. Gestão da linha de crédito SOCIAL INVESTE ;
. Gestão do Programa COOPJOVEM , no âmbito do Impulso Jovem;
. Implementação e desenvolvimento do programa de formação profissional de apoio à gestão e modernização do setor da economia social;
. Divulgação e disponibilização de informações e instrumentos de apoio à economia social;
. Atualização da Central de Balanços;
. Desenvolvimento do Observatório da Economia Social Portuguesa;
. Desenvolvimento da CSES e sua respetiva divulgação, em parceria com o INE;
. Promoção da Igualdade de Género e Cidadania;
. Gestão de publicações.

À Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social (EGPAES) compete promover e apoiar tecnicamente programas e projetos de apoio ao setor da economia social e de incentivo ao empreendedorismo social, criando ao mesmo tempo, instrumentos de recolha e tratamento de informação estatística do setor.

Durante o ano de 2013 a EGPAES desenvolveu as seguintes atividades:

Linha de Crédito SOCIAL INVESTE:

O SOCIAL INVESTE é o Programa de Apoio à Economia Social, concretizado numa linha de crédito, que visa facilitar o acesso a financiamento por parte de entidades que integram o setor social.

▪ Gestão da Linha:

- ✓ Realização de reunião com SPGM e IEFPI;
- ✓ Realização de reunião negocial com Bancos;
- ✓ Reformulação da Ficha Técnica da linha de crédito SOCIAL INVESTE;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

- ✓ Atualização dos documentos de operacionalização:
 - Regulamento;
 - Instrumento de Validação de Entidades;
 - Lista de CAE's excluídos para efeitos de candidatura;
 - Folheto de Divulgação do Social Investe;
 - Enquadramento de IVA;
 - Mapa de Elegibilidade.
- ✓ Ronda de reuniões negociais CASES/SPGM com:
 - Banco BPI;
 - Banco Espírito Santo;
 - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo;
 - Caixa Geral de Depósitos;
 - Millennium BCP;
 - Montepio
- ✓ Preparação dos 7 Protocolos para assinatura: CASES, IEF, SPGM, SGM e Bancos;
- ✓ Apresentação do SOCIAL INVESTE aos membros da CASES;
- ✓ Implementação do SOCIAL INVESTE, em 31 de maio;
- ✓ Disponibilização de informação no site da CASES;
- ✓ Análise de pedidos de emissão de Declarações de Validação de Entidade Destinatária (DVED);
- ✓ Elaboração de Fichas de controlo;
- ✓ Emissão de DVED:
 - Declarações de validação de entidade destinatária emitidas: 60;
 - Candidaturas em enquadramento nas SGM: 19;
 - Montante do financiamento: 1.564.802 €;
 - Candidaturas aprovadas: 15;
 - Montante do financiamento: 1.264.802 €.
- ✓ Prestação de informações, por via eletrónica, telefónica e presencial;
- ✓ Monitorização da execução.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

COOPJOVEM:

O COOPJOVEM é um programa de apoio ao empreendedorismo cooperativo, destinado a apoiar os/as jovens na criação de cooperativas, como forma de desenvolvimento de uma cultura solidária e de cooperação, facilitando a criação do seu próprio emprego e a definição do seu trajeto de vida.

▪ Gestão do Programa ao abrigo do Impulso Jovem:

- ✓ Realização de reuniões de trabalho com CCDR;
- ✓ Realização de videoconferência com Rede de Entidades Certificadas Prestadoras de Apoio Técnico (ECPAT), para apoio técnico;
- ✓ Formalização de candidaturas a "CONVITES PARA APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS Eixo 1 – Competitividade, Inovação e Conhecimento, SIAC", aos POR Norte, Centro e Alentejo (financiamento);
- ✓ Realização de reuniões de trabalho com o IEFEP;
- ✓ Desenvolvimento de ações de implementação do programa:
 - Abertura das Delegações da CASES: Norte, Centro e Alentejo;
 - Formação dos/as 3 Delegados/as;
 - Atualização do Regulamento;
 - Disponibilização de informação no site da CASES com "FAQ's";
 - Produção de folhetos (1.000) e cartazes (500);
 - Definição dos circuitos de operacionalização;
 - Elaboração da listagem de concelhos elegíveis;
 - Desenvolvimento da base de dados ECPAT;
 - Criação de 2 endereços eletrónicos (informação e receção candidaturas).
- ✓ Elaboração de documentos de operacionalização:
 - Formulário;
 - Relatórios de progresso;
 - Dossier de negócio;
 - Memória descritiva do projeto;
 - Contrato;
 - Declaração de compromisso;
 - Declaração de recebimento;
 - Declaração de promotor/a;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

- Checklist;
 - Ficha de análise mérito do projeto;
 - Lista de contratos;
 - Mapa de cabimentos;
 - Mapa de acompanhamento;
 - Mapa de aprovações;
 - Mapa de pagamentos.
- ✓ Prestação de informações;
- ✓ Realização de 7 sessões de divulgação;
- ✓ Execução do COOPJOVEM:
- Receção de candidaturas e análise de requisitos;
 - Aprovação dos projetos e assinatura dos contratos;
 - Elaboração de mapas de pagamento;
 - Análise de documentos para avaliação do mérito pelo Júri de Seleção;
 - Realização de 9 reuniões do Júri de Seleção.
- ✓ Prestação de contas aos POR: execução física e financeira;
- ✓ Realização de uma tertúlia CoopJovem em Lisboa;
- ✓ Realização de uma sessão CoopJovem no Porto;
- ✓ Realização de Seminários CoopJovem em Évora, Penafiel e Viseu;
- ✓ Realização de 1 sessão de apresentação do COOPJOVEM e 3 seminários de divulgação COOPJOVEM para delegados/as CASES;
- ✓ Realização de sessões de apoio técnico COOPJOVEM - Porto, Guimarães, Viseu e Lisboa.

Quadro I – Execução CoopJovem 2013

	Candidaturas	Candidatos/as a Bolsas		Projetos	Candidaturas Aprovadas	
		Feminino	Masculino		Feminino	Masculino
Total	1.281	521	476	244	370	335
		997			705	

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

Quadro II – Participantes nas Sessões de Apoio Técnico CoopJovem 2013

Sessões 2013	Participantes
Guimarães	21
Lisboa	12
Porto	29
Viseu	19
Total	81

Fonte: CASES

Programa de Formação de apoio à gestão e modernização do setor da Economia Social

✓ Realização do balanço das ações do curso de Gestão de Organizações da Economia Social (GOES) realizadas no decurso do ano de 2012:

- Registo de avaliações e assiduidade;
- Registo e tratamento estatístico de questionários de avaliação;
- Elaboração de 6 relatórios do desempenho dos/as formadores/as;
- Elaboração do Relatório de Execução Física FORMAES 2012.

✓ Emissão dos certificados de formação:

- Registo de 218 participantes na plataforma SIGO;
- Emissão de 207 certificados de participação.

✓ Apresentação de proposta de cronograma FORMAES para 2013, onde se previa a realização de 8 ações. O processo de constituição de equipas de formadores/as por região decorre desde então, o que inviabilizou a realização das ações programadas no ano de 2013.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

Informações e instrumentos de apoio à Economia Social:

- ✓ Prestação de informação às organizações da ES, através de atendimento telefónico (250) e esclarecimentos via correio eletrónico (325):
 - Apoios financeiros;
 - Constituição e funcionamento.
- ✓ Atualização do Guia CRESCE INOVA – Medidas de apoio e incentivo ao crescimento e inovação;
- ✓ Disponibilização de informação sobre programas de apoio e de formação para a ES no site da CASES;
- ✓ Disponibilização de informação a instituições que se encontram a desenvolver trabalhos de investigação;
- ✓ Configuração e manutenção de uma plataforma formativa, com 3 áreas temáticas (cooperativismo, gestão financeira e gestão de pessoas), através da plataforma Moodle do Portal Zoom – mais perto da economia social;
- ✓ Desenvolvimento dos conteúdos da área temática “gestão de pessoas”;
- ✓ Desenvolvimento de conteúdos para as Newsletter da CASES;
- ✓ Reencaminhamento para divulgação de iniciativas de organizações da ES, para publicação no facebook da CASES.

Central de Balanços do Setor Cooperativo:

- ✓ Organização e gestão documental dos Relatórios e Contas (RC) das cooperativas de 2011, 2012 e 2013;
- ✓ Introdução de 32 RC na Base de Dados do Setor Cooperativo;
- ✓ Criação de 23 centrais de balanços;
- ✓ Construção de modelo de RC em formato digital para introdução de dados.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

Observatório da Economia Social Portuguesa:

- ✓ Identificação e listagem das cooperativas em Portugal;
- ✓ Participação na construção do questionário;
- ✓ Revisão da base de dados e verificação da duplicação de dados;
- ✓ Realização do “Estudo de caracterização das cooperativas portuguesas”.

Conta Satélite da Economia Social (CSES):

No âmbito da parceria com o Instituto Nacional de Estatística (INE):

- ✓ Elaboração de listagens das entidades da economia social;
- ✓ Preparação com o INE dos quadros e gráficos para a Conta Satélite, dados de 2010;
- ✓ Preparação com o INE dos textos a inserir na CSES;
- ✓ Realização do Workshop “Apresentação da Conta Satélite da Economia Social”;
- ✓ Registo e tratamento estatístico dos questionários de satisfação da sessão;
- ✓ Divulgação da publicação CSES no site da CASES;
- ✓ Realização do Relatório Final previsto no cronograma do projeto;
- ✓ Prestação de informações estatísticas, por via eletrónica e telefónica, sobre a CSES;
- ✓ Apoio à edição em formato papel da CSES;
- ✓ Apresentação da CSES no VII Colóquio Ibérico Internacional de Cooperativismo y Economia Social.

Igualdade de Género e Cidadania:

- ✓ Implementação do Plano para a Igualdade:
 - Continuação da elaboração do diagnóstico do Plano para a Igualdade;
 - Mapeamento das ações implementadas no âmbito do PI do MSSS;
 - Reunião dos Focal Points.
- ✓ Representação da CASES no júri do Prémio “Igualdade é Qualidade”;
- ✓ Apoio à organização do Dia Municipal para a Igualdade.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

Publicações:

- ✓ Apoio à edição de Microcrédito;
- ✓ Apoio à edição de Boletim Cooperativista;
- ✓ Realização do inventário das obras literárias e publicações;
 - Publicações da Biblioteca da sede, para utilização dos/as colaboradores/as da CASES;
 - Publicações para distribuição.
- ✓ Venda e distribuição gratuita de publicações.

Quadro III - Número de obras literárias e publicações - 2013

Obras	Pastas Temáticas (textos)	Publicações para Distribuição
4.191	436	27.639

Fonte: CASES

Quadro IV - Número Publicações Distribuídas – 2013

Meses	Vendas	Distribuição Gratuita	Total
janeiro	0	3.186	3.186
fevereiro	0	401	401
março	0	274	274
abril	0	631	631
maio	1	31	32
junho	0	0	0
julho	0	168	168
agosto	0	184	184
setembro	0	53	53
outubro	0	0	0
novembro	0	95	95
dezembro	0	658	658
Total	1	5.681	5.682

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão de Programas de Apoio à Economia Social

Outras Atividades:

- ✓ Elaboração do Manual de Procedimentos da EGPAES;
- ✓ Participação no evento de apresentação do Impulso Jovem;
- ✓ Participação na Conferência OIT “Enfrentar a crise do emprego em Portugal - que caminhos para o futuro?”;
- ✓ Participação no Seminário QREN;
- ✓ Participação no seminário “Mirtilo – Uma janela de oportunidades”, Instituto Politécnico de Viseu;
- ✓ Participação na sessão promovida pela Câmara Municipal de Arouca – COOPJOVEM e cooperativismo;
- ✓ Participação na sessão promovida pela Câmara Municipal de Ponte da Barca – COOPJOVEM e cooperativismo;
- ✓ Participação na sessão de capacitação “Apoios financeiros para a área social”, CM Lisboa;
- ✓ Participação no workshop “Sou um empreendedor: crio o meu próprio emprego”, ISCAP;
- ✓ participação no I Fórum Internacional de Democracia Económica, sobre cooperativismo, Instituto Francês de Portugal;
- ✓ Participação no Seminário “Mostra o teu E” – conferência “Cooperativas de jovens – o novo paradigma do desenvolvimento económico”, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave;
- ✓ Participação no seminário “Emprego jovem – implementação da Garantia Jovem em Portugal”, CNJ e IPDJ;
- ✓ Participação na sessão de esclarecimento sobre cooperativismo às ECPAT, Grândola;
- ✓ Participação nas atividades do projeto GeraçãoCoop.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito
. Implementar o Protocolo celebrado entre o IEFP e a CASES, no que respeita à operacionalização do Programa Nacional de Microcrédito (PNM);
. Desenvolver uma estratégia de comunicação do PNM;
. Desenvolver ações de formação e de sensibilização no âmbito do PNM.

À EGPNM compete operacionalizar e prestar apoio técnico ao Programa Nacional de Microcrédito:

O acordo de cooperação celebrado entre o IEFP e a CASES define os termos e procedimentos que regulam os aspetos técnicos necessários para a execução do Programa Nacional de Microcrédito (PNM) quer no âmbito do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE), quer no âmbito do Plano Estratégico de Iniciativas de Promoção de Empregabilidade Jovem e Apoio às Pequenas e Médias Empresas — «Impulso Jovem».

Este acordo de Cooperação entre o IEFP e a CASES, estabelece que são Entidades Certificadas para Prestar Apoio Técnico (ECPAT), as entidades prestadoras de apoio técnico à criação e consolidação de projetos (EPAT) credenciadas pelo IEFP e as entidades parceiras e protocoladas pela CASES.

O envolvimento das entidades parceiras e protocoladas pela CASES, assim conseguido, permite potenciar a utilização de técnicos/as destas entidades, que passam a poder cooperar mais ativamente na dinamização do PNM.

Neste sentido, procurou-se , em 2013 concretizar com todas as entidades parceiras e protocoladas pela CASES os Acordos de Cooperação e Prestação de Apoio Técnico previstos no Acordo entre o IEFP e a CASES.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

Com este enquadramento, e tendo em atenção o estabelecido no Acordo de Cooperação, a equipa de gestão do PNM, passou, desde logo, a aplicar as medidas previstas nesse Acordo, tendo sempre presente os três principais conceitos que servem de base à dinamização do PNM:

- responsabilização direta dos/as empreendedores/as;
- proximidade no apoio direto e permanente no local aos/às empreendedores/as;
- autossustentabilidade dos negócios a apoiar.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

1. Relatório

No ano de 2013, conforme indicadores a seguir discriminados, é possível apurar que :

- ✓ Foram validados 130 processos, o que permite registar um crescimento de 88% face ao ano de 2012; neste crescimento, e pela primeira vez, face à legislação que alargou o mercado alvo a microentidades e cooperativas, 15% do total de processos validados corresponderam a processos de expansão dessas entidades.
- ✓ Manteve-se a preponderância do comércio (31%) e do alojamento e restauração (26%), no total de processos validados, com Lisboa e Vale do Tejo a representar 51% desse total.
- ✓ No que respeita aos empreendedores, 2013 apresenta uma posição de igualdade quanto ao género, com 90% de nacionalidade portuguesa, 5% do Brasil e 4% de países de Leste.
- ✓ De salientar o significativo aumento, de 2012 para 2013, do nível de habilitação profissional com licenciatura dos empreendedores, que aumentaram de 30 para 45%.
- ✓ Quanto à situação perante o emprego, 82% estavam desempregados, com um aumento de 32% para 46% dos desempregados há mais de um ano.
- ✓ Os 130 processos validados previam a criação de 216 postos de trabalho a tempo inteiro e 51 a tempo parcial, com um investimento previsto por posto de trabalho de 8.056 euros.
- ✓ De registar, ainda, o trabalho desenvolvido no adensamento da malha de localização dos técnicos de apoio local, com a celebração de Acordos de Cooperação e Apoio Técnico e Protocolos de Colaboração, condição prévia a uma intervenção mais ativa para a dinamização do Programa Nacional de Microcrédito.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

2. Síntese de 2013

- ✓ Operações Validadas de Projetos de Investimento: 130 no valor de 2.151.184 Eu.
- ✓ Valor médio de investimento por operação: 16.547 Eu.
- ✓ Valor médio de financiamento pedido por operação: 15.701 Eu.
- ✓ Postos de trabalho a criar: 216 a tempo inteiro e 51 a tempo parcial

	2012	2013
Projetos validados	69	130
Investimento (mil €)	1130	2150
Financiamento (mil €)	1104	2041
Nº de postos de trabalho a criar	146	267
Investimento por posto de trabalho (€)	7738	8256

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

3. Fluxo de informação

Os principais mecanismos que facilitam a informação estão criados, e passam pelo:

- a) Atendimento Telefónico: Linha Verde SOU MAIS 800 020 009 (sem custos para o utilizador)
- b) Atendimento presencial na sala de formação (piso 0) da CASES
- c) Atendimento online via correio eletrónico (microcredito@cases.pt)
- d) Site exclusivo do PNM (www.sou-mais.org)
- e) Gestão Documental

Esta atividade é caracterizada por atendimento telefónico, via geral, ou através do mecanismo Linha Verde SOU MAIS, sem custos para o utilizador. Na sequência deste contacto é disponibilizado material informativo relativo ao Programa (PDF que refere as condições da linha de crédito, diploma onde se encontra a legislação e uma cópia do dossier de Negócio que serve de base à elaboração do projeto para o Programa Nacional de Microcrédito).

Estando estes elementos disponíveis tanto em suporte físico como digital, parte do fluxo informativo é processado através de correio eletrónico.

Para além dos contactos telefónicos, registam-se situações de atendimento presencial realizado pela equipa do Programa.

O site Sou Mais é outro dos instrumentos de divulgação já disponível online.

Fluxo de informação (Nº):

- ✓ Atendimento telefónico: 3171 (2251 em 2012)
- ✓ Correio eletrónico: 3821 (emails) (2504 em 2012)
- ✓ Reuniões / Atendimentos presenciais: 146 (89 em 2012)

V - Ações desenvolvidas em 2013

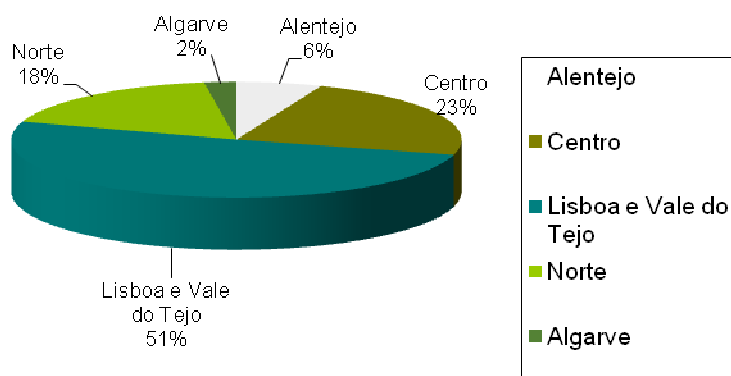
Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

4. Projetos validados por NUT II

Quadro V – PNM - Projetos validados/NUTS II - 2013

NUT II	Total	%
Alentejo	8	6%
Centro	30	23%
Lisboa e Vale do Tejo	66	51%
Norte	23	18%
Algarve	3	2%
Total	130	100%

Gráfico III – PNM - Projetos validados/NUTS II - 2013



Fonte: CASES

5. Género dos empreendedores

Quadro VI – PNM – Sexo dos/as candidatos/as– 2013

Sexo	N.º	%
Feminino	55	50
Masculino	55	50
Total	110	100%

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

6. Faixa etária dos/as promotores/as

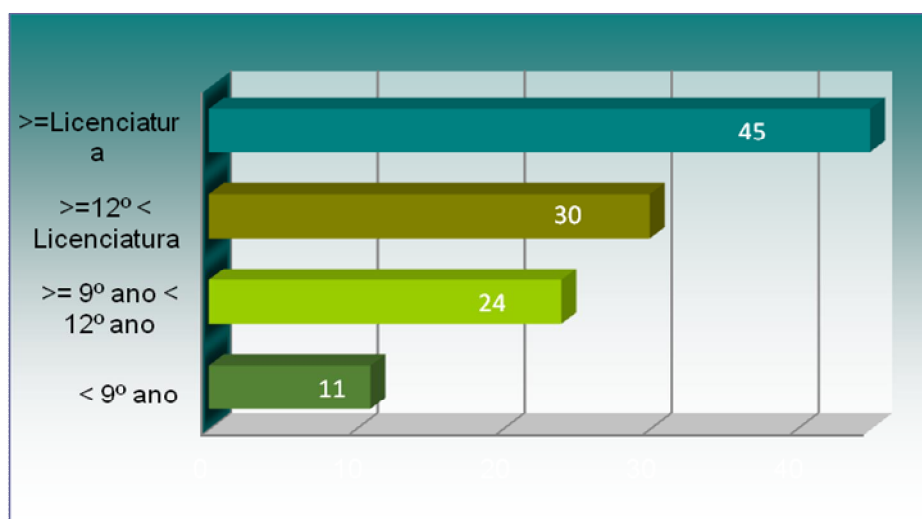
Quadro VII – PNM – Faixa etária dos/as promotores/as – 2013

Faixa Etária	Total	%
<25 anos	13	12%
26 anos -35 anos	49	45%
36 anos – 45 anos	31	28%
46 anos - 55 anos	7	6%
> 56 anos	10	9%
Total	110	100%

Fonte: CASES

7. Habilitações Literárias dos/as promotores/as

Gráfico IV – PNM – Habilitações Literárias dos/as promotores/as – 2013



Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

8. Estado profissional dos/as candidatos/as

Quadro VIII – PNM – Estado Profissional dos/as candidatos/as

Categorias	N.º	%
Trabalhador por conta própria	8	7%
Desempregado/a > 1 ano	51	46%
Desempregado/a < 1 ano	40	36%
Empregado/a tempo parcial	4	4%
Empregado/a tempo inteiro	6	5%
Reformado/a	0	0%
Inativo/a	1	1%
Total	110	100%

Fonte: CASES

9. Área CAE dos projetos validados

Quadro IX – PNM – Área CAE dos Projetos Validados

Área CAE	N.º Projetos Validados
A. Agricultura, Produção Animal, Pesca	9
C.F.H. Transportes, Construção e Indústrias transformadoras	12
G. Comércio por Grosso e a Retalho	40
I. Alojamento e Restauração	34
J.P.R. Educação, Informação, Comunicação e Desporto	13
M.N. Atividades Administrativas e de Consultoria	15
Q.S. Saúde Humana, Apoio Social e Outros Serviços	7
	130

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

10. Sessões de enquadramento e formação em 2013

- ✓ Sessão de Informação e Publicitação do PMN: Videoconferência para 47 Entidades Prestadoras de Apoio Técnico e 6 Delegações Regionais do IEFP;
- ✓ 1º Workshop sobre "Fontes de financiamento" na Mouraria Empreende;
- ✓ Reunião de articulação com CML, nos Paços do Concelho;
- ✓ Informação de contextualização do PNM para Newsletter do Impulso Jovem;
- ✓ Divulgação/publicação da regulamentação técnica /Circuito de IEFP, IP/CASES/nomeação da comissão de acompanhamento;
- ✓ Envio de materiais de comunicação PNM para CML/Lisboa Empreende;
- ✓ Reunião Projeto de Associação mútua JAK Portugal;
- ✓ Lisboa Empreende - Apresentação pública do projeto - com a presença dos parceiros, presidentes das J.F. de Lisboa, IEFP, ANDC, Invest Lisboa, Startup Lisboa, associações e entidades locais;
- ✓ Participação nas reuniões de quadros da FENACAM da Zona Norte e da Zona Sul;
- ✓ Reunião CASES/CIG no âmbito do PNM;
- ✓ Reunião c/ GIP da JF de S. João de Deus;
- ✓ Assinatura de Protocolo com CML em Sessão pública no salão nobre dos Paços do Concelho;
- ✓ Reunião com ACAF – Comunidades auto financiadas na CASES;
- ✓ Reunião com "BFEA - Associação para a Formação, Empreendedorismo e Emprego, Contra o Desemprego e Empobrecimento";
- ✓ Publicação do Artigo sobre Microcrédito na revista Pirâmides e Obeliscos;
- ✓ 2 Entrevistas à EGPNM no âmbito de um projeto de investigação da APDES, de forma a integrar o ponto de vista da CASES enquanto ator preponderante na gestão do Programa Nacional de Microcrédito;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

10. Sessões de enquadramento e formação (cont.)

- ✓ Ciclo de workshops: Microempreendedorismo para todos – a desenvolver nas cinco zonas da cidade nas Juntas de Freguesia que se pretendam associar ao projeto. “Poderá o empreendedorismo ser uma alternativa para a minha situação?”;
- ✓ 1º Workshop sobre “Dossier de Negócio” para promotores do Lisboa Empreende
- ✓ Entrevista para a TSF sobre o PNM;
- ✓ 2º Workshop “Fontes de Financiamento”, no âmbito do Mouraria Empreende
- ✓ Seminário “Instrumentos de engenharia financeira na PAC pós 2013”;
- ✓ 3º Colóquio Internacional PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO - Vila Nova de Foz Côa;
- ✓ Apresentação pública “Programa Loja no Bairro” da CML;
- ✓ Reunião com a Direção da ONG Special Smile;
- ✓ Participação na Inauguração Fábrica do Empreendedor de Marvila;
- ✓ Reunião de Articulação Millennium Microcrédito;
- ✓ Encontro Final Mouraria Empreende - Cozinha Popular da Mouraria;
- ✓ Sessão de formação em Empreendedorismo no Centro Comunitário PIA II da Santa Casa da Misericórdia de Almada;
- ✓ Intervenção na Casa das Culturas da CM Oeiras;
- ✓ Formação Empreendedorismo e Inovação e ADN Criativo – ISCTE AUDAX;
- ✓ Conferência “15 anos de Microcrédito em Portugal, 15 anos da ANDC”;
- ✓ Contacto direto com interlocutores da Rede PNM para esclarecimento de dúvidas;
- ✓ Sessão de Formação para Técnicos de Apoio Local credenciados pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG);
- ✓ Videoconferência para Associação Comercial e Industrial de Barcelos (ACIB);
- ✓ 3 Reuniões da Comissão de Acompanhamento PNM (CASES/IEFP);
- ✓ Reunião da CONFAGRI na sede da Confederação Agrícola de Portugal;
- ✓ Participação no Programa da RTP 2 “Sociedade Civil” sobre empreendedorismo;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

11. Acordos de Cooperação e Apoio Técnico celebrados com entidades certificadas pelo IEFP

- ✓ ACIR -Associação Comercial e Industrial dos Concelhos do Peso da Régua, Sta. Marta de Penaguião e Mesão Frio;
- ✓ ACISAT - Associação Empresarial do Alto Tâmega;
- ✓ ADCMOURA - Associação para o Desenvolvimento do Concelho de Moura;
- ✓ ADICE - Associação para o Desenvolvimento Integrado da Cidade de Ermesinde;
- ✓ ADRIMAG - Associação de Desenvolvimento Rural Integrado das Serras de Montemuro, Gralheira e Arada;
- ✓ AEFAFE - Associação Empresarial de Fafe, Cabeceiras de Basto e Celorico de Basto;
- ✓ AENEBEIRA - Associação Empresarial do Nordeste da Beira;
- ✓ AEPENAFIEL - Associação Empresarial de Penafiel;
- ✓ AEPF -Associação Empresarial de Paços de Ferreira;
- ✓ AIRO - Associação Industrial da Região do Oeste;
- ✓ AIRV - Associação Empresarial da Região de Viseu;
- ✓ ANIMAR - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local;
- ✓ ANPME - Associação Nacional das PME's;
- ✓ Centro de Promoção Social;
- ✓ CIEBI - Centro de Inovação Empresarial da Beira Interior;
- ✓ FISOOT - Formação, Integração Social e Ofertas de Oportunidade de Trabalho, CRL;
- ✓ IEBA - Centro de Iniciativas Empresariais Beira Agueira;
- ✓ JADRC - Jovens Associados para o Desenvolvimento Regional do Centro;
- ✓ KERIGMA - Instituto de Inovação e Desenvolvimento de Barcelos;
- ✓ MONTE - Desenvolvimento Alentejo Central, ACE;
- ✓ NERBA - Núcleo Empresarial da Região de Bragança, Associação Empresarial;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Equipa de Gestão do Programa Nacional de Microcrédito

11. Acordos de Cooperação e Apoio Técnico celebrados com entidades certificadas pelo IEFP (cont.)

- ✓ NERBE/AEBAL - Associação Empresarial do Baixo Alentejo e Litoral;
- ✓ NERGA - Núcleo Empresarial da Região da Guarda;
- ✓ NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém;
- ✓ NERVIR - Associação Empresarial;
- ✓ UNINORTE - União Cooperativa Polivalente da Região Norte, CRL.

12. Protocolos de Colaboração celebrados

- ✓ ACIB - Associação Comercial e Industrial de Barcelos
- ✓ ACISO - Associação Empresarial Ourém – Fátima
- ✓ ANDC - Associação Nacional de Direito ao Crédito
- ✓ CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL
- ✓ CVP - Cruz Vermelha Portuguesa
- ✓ FENACERCI - Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social
- ✓ Fundação INATEL
- ✓ INOVAGAIA- Associação para o Centro de Incubação de Base Tecnológica de VN de Gaia
- ✓ Instituto de Formação para o Comércio, Turismo e Serviços, CRL
- ✓ MADAN PARQUE – Parque da Ciência & Tecnologia
- ✓ Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
- ✓ UNIAUDAX - Centro de Investigação e Apoio ao Empreendedorismo e Empresas Familiares

V - Ações desenvolvidas em 2013

Secretaria-Geral

- . Coordenação e apoio das atividades desenvolvidas pelo Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI), pelo Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos (GFORH) e pelo Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação (GITI);
- . Apoio ao funcionamento dos órgãos sociais da CASES;
- . Coordenação dos projetos sob a alçada da direção;
- . Promover e apoiar a edição de publicações CASES.

A Secretaria-Geral (SG) tem como missão assegurar o apoio técnico à direção da CASES, permitindo uma mais eficaz e eficiente articulação com os restantes órgãos sociais e estruturas intermédias, através da coordenação das atividades de gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, das tecnologias de informação e da comunicação institucional.

Durante o ano de 2013 a SG desenvolveu as seguintes atividades:

Coordenação e apoio aos Gabinetes

- Implementação do processo de avaliação de desempenho dos/as colaboradores em funções públicas da CASES:
 - ✓ Acompanhamento da aplicação do SIADAP 3, através da contratualização dos objetivos e respetivos indicadores, fixação de competências para os anos de 2013 e 2014;
 - ✓ Finalização do processo de avaliação de desempenho do ano de 2012 e elaboração do respetivo relatório de avaliação.
- Promoção do aperfeiçoamento e desenvolvimento profissionais:
 - ✓ Participação dos/as colaboradores/as no programa formativo Form@r-2013, promovido pela Secretaria-Geral do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social;
 - ✓ Realização do diagnóstico de necessidades formativas e envio de propostas de formação para a SG-MSESS, para elaboração do programa formativo Form@r-2014.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Secretaria-Geral

- Coordenação do *Welcome Desk*, serviço de atendimento aos/às utentes da CASES:
 - ✓ Realização de 36 atendimentos presenciais e a distância para esclarecimento de dúvidas relativamente à constituição de organizações da economia social e seu encaminhamento para os departamentos competentes.
 - ✓ Implementação do serviço de atendimento via videoconferência (Skype), para assegurar uma resposta eficaz e eficiente às solicitações dos/as utentes que residem fora da Região de Lisboa.
- Desenvolvimento de medidas tendentes a promover a responsabilidade social:
 - ✓ Realização do diagnóstico de responsabilidade social, no âmbito da participação na Rede para o Desenvolvimento da Responsabilidade Social no MSESS (RedeSMSESS);
 - ✓ Lançamento de uma newsletter interna - *Voz Off*;
 - ✓ Introdução de conteúdos ambientais na newsletter interna – *Dica Ambiental*.
- Desenvolvimento de medidas tendentes a promover a política de qualidade organizacional:
 - ✓ Implementação do questionário de satisfação dos/as utentes;
 - ✓ Implementação da ficha de recolha de sugestões dos/as colaboradores/as;
 - ✓ Implementação da ficha de registo de reuniões.
- Desenvolvimento de medidas tendentes a promover a inovação e a modernização organizacional:
 - ✓ Implementação do sistema de gestão documental, com uma componente de gestão de credenciais.
- Promoção da participação da CASES em programas de estágios:
 - ✓ Acolhimento e acompanhamento de três estagiárias do Brasil, no âmbito da atividade de Residência Social, integrada no Mestrado Interdisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, promovida pelo Programa de Desenvolvimento e Gestão Social-PDGS da Universidade Federal da Bahia.
- Elaboração de reportes referentes aos recursos humanos, para apresentação junto das entidades públicas que coordenam essas matérias (DGAEP; SG-MSESS).
- Acompanhamento do processo de implementação das medidas de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Secretaria-Geral

Apoio aos Órgãos Sociais

- Acompanhamento da execução do plano de atividades de 2013;
- Elaboração da proposta de relatório de atividades referente ao ano de 2012, através da compilação dos contributos apresentados pelos vários departamentos;
- Elaboração da proposta do plano de atividades para 2014, através da compilação dos contributos apresentados pelos vários departamentos;
- Colaboração na elaboração do Relatório de Atividades AIC-2012;
- Promoção de sistemas de suporte ao processo de decisão que permitam uma mais rápida e sustentada gestão dos recursos disponíveis, nomeadamente humanos e de informação;
- Acompanhamento dos processos e procedimentos aprovados pela direção;
- Acompanhamento dos processos e procedimentos aprovados pela assembleia geral e pelo conselho fiscal;
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelo CNES e participação no Grupo de Trabalho dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (GT-FEEI);
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pela OCPLP;
- Apoio à organização e acompanhamento do I Congresso Internacional "A Economia Social nos Desafios do Século XXI".

Coordenação de Projetos

- Projeto GeraçãoCoop, desenvolvido em parceria com a ANIMAR, CONFAGRI e CONFECOOP:
 - ✓ Organização do Prémio de Fotografia & Exposição "Consegue Capturar os Valores Cooperativos através da Lente de uma Máquina Fotográfica?". A iniciativa incluiu, ainda, uma retrospectiva fotográfica do AIC-2012;
 - ✓ Elaboração dos artigos "GeraçãoCoop – Despertar para o Cooperativismo" e "CoopJovem – Uma resposta para o emprego jovem em Portugal" para a Revista Cooperativismo e Economia Social e do artigo "O Emprego Jovem e o Papel das Cooperativas" para a Revista Juvenília - Conselho Nacional da Juventude;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Secretaria-Geral

- ✓ Elaboração e lançamento da *Newsletter* GeraçãoCoop;
- ✓ Elaboração do novo logotipo GeraçãoCoop;
- ✓ Dinamização do sítio e facebook do GeraçãoCoop;
- ✓ Promoção da 3ª edição do folheto e da brochura GeraçãoCoop, com introdução de novos conteúdos;
- ✓ Dinamização de 3 workshops GeraçãoCoop:
 - Vidigueira, promovido pelo Gabinete de Ação Cultural e Educação da Câmara Municipal da Vidigueira – 60 participantes;
 - Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, promovido pelo Núcleo de estudantes de Sociologia – 30 participantes;
 - Santa Luzia de Tavira, promovido pelo Centro de Ciências do Mar da Universidade do Algarve e pela Junta de Freguesia de Santa Luzia de Tavira – 20 participantes.
- ✓ Constituição de Grupos de Trabalho:
 - GT-Escolas – responsável pela programação de iniciativas a desenvolver nas escolas e junto de educadores/as e crianças, designadamente a elaboração de uma agenda que integrará as temáticas da cooperação e da solidariedade;
 - GT-Comunicação – responsável pelos instrumentos de comunicação e de divulgação das iniciativas do projeto.
- Missão Primeiro Emprego, promovida pela Forum Estudante:
 - ✓ Dinamização de 15 workshops “Empreendedorismo Social” em universidades e politécnicos, que contemplaram uma parte dedicada ao enquadramento da temática e uma componente prática, dedicada à divulgação e apresentação de exemplos de empreendedorismo social, através da participação de organizações da economia social – 675 participantes.
- Programa Impacto Social 2013, desenvolvido em parceria com a Fundação Montepio:
 - ✓ Realização da sessão de lançamento do Programa Impacto Social, com o objetivo de apresentar as linhas mestras do projeto;
 - ✓ Seleção de projetos em várias áreas de intervenção social e capacitação dos seus responsáveis para demonstrar o seu potencial de impacto, através da metodologia SROI (Social Return on Investment), uma análise custo-benefício do valor social gerado pela intervenção de uma organização (comparação do valor gerado pela intervenção – benefícios - com a despesa necessária – investimento – para obtê-lo);

V - Ações desenvolvidas em 2013

Secretaria-Geral

- ✓ Realização da Conferência Impacto Social 2013, que contou com a participação de oradores nacionais e internacionais, contou com a apresentação dos projetos que construíram, nos 3 meses anteriores, uma previsão do seu impacto social com recurso à metodologia SROI;
- ✓ Produção do relatório Impacto Social 2013.
- *Portugal Social On The Road*, desenvolvido em parceria com a Forum Estudante:
 - ✓ Organização de uma semana temática para 50 jovens do ensino secundário – embaixadores de escolas, que teve como objetivo dar a conhecer a estes jovens o setor da economia social, designadamente o trabalho e as atividades que as suas organizações desenvolvem. A semana temática decorreu no período compreendido entre 8 de julho e 13 de julho de 2013 e compreendeu três momentos: aprender – fazer – gozar, que integraram cada uma das visitas às seguintes organizações da economia social participantes na iniciativa:
 - Cercipeniche;
 - Terra Chã;
 - Centro de Deficientes Profundos João Paulo II;
 - Misericórdia do Porto;
 - Centro Social das Antas;
 - Fundação Couto;
 - A Lutuosa - Porto;
 - Ecomuseu do Barroso.
- MOV'ES – I Mostra Cultural das Organizações da Economia Social, desenvolvido em parceria com a cooperativa Background:
 - ✓ Organização de dois dias de atividades culturais desenvolvidas pelas organizações da economia social, com os objetivos de promover a importância da economia social no âmbito cultural e de consciencializar o público para a diversidade cultural existente em Portugal e para o impacto económico da atividade cultural, desenvolvida nomeadamente pelas organizações da economia social. A iniciativa contou com a participação de 34 organizações da economia social, que atuam na área cultural.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Secretaria-Geral

Edições CASES

- Apoio na publicação de 4 obras no âmbito da coleção “Estudos de Economia Social”:
 - ✓ *Boletim Cooperativista – Fernando Ferreira da Costa*, da autoria de João Salazar Leite,
 - ✓ *Microempresas, Microcrédito, Autoemprego*, da autoria de António Curto e Amílcar Martins;
 - ✓ *Conta Satélite da Economia Social*, CASES e INE;
 - ✓ *Boletim Cooperativista - O cooperativismo nas ex-colónias*, da autoria de João Salazar Leite (edição em formato digital).

Outras Atividades

- ✓ Representação institucional no painel “Apoios à organização de produtores e vantagens do cooperativismo” - Encontro de Produtores de Mirtilo de Lafões, promovido pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro;
- ✓ Representação institucional na Tertúlia “Oportunidades para jovens em tempos de crise”, promovida pela Fundação da Juventude;
- ✓ Representação institucional na Sessão “Construindo um sistema cooperativo mediterrânico”, promovida pela Divisão de Empreendedorismo e Transferência de Tecnologia da Universidade do Algarve;
- ✓ Representação institucional na sessão “Cooperativismo”, promovida pela Câmara Municipal de Góis;
- ✓ Representação institucional na Cerimónia de Entrega de Prémios do Instituto Politécnico de Setúbal “Junior Challenge 2013”;
- ✓ Representação institucional no painel “Juventude e Empreendedorismo” – III Jornadas Cidadania em Ação: Rumos de Mudança, promovidas pela Câmara Municipal de Moimenta da Beira;
- ✓ Representação institucional no painel “Empreendedorismo Jovem e Cooperação” - Seminário de Empreendedorismo promovido pela Escola Superior de Educação do Instituto Piaget;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Secretaria-Geral

- ✓ Representação institucional na sessão "Cooperar para o Empreendedorismo", promovido pela Tese no âmbito do Projeto Faz-te Foward;
- ✓ Representação institucional na sessão "Empreendedorismo Cooperativo", promovido pela Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral;
- ✓ Representação institucional no painel "Economia Social" - workshop Banco de Inovação Social (BIS);
- ✓ Participação no Programa de Formação-Ação em Responsabilidade Social, promovido pela SG-MSESS, com a duração de 45h.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Gabinete de Apoio:

- . Execução das tarefas de secretariado da direção;
- . Apoio à organização de reuniões, conferências e outras iniciativas promovidas pela direção;
- . Execução das tarefas de gestão do expediente e da frota;
- . Execução das tarefas de apoio ao funcionamento do CNES.

Gabinete de Comunicação e Imagem:

- . Desenvolvimento de um Plano de Comunicação;
- . Alimentação do sítio da CASES e respetivas redes sociais;
- . Desenvolvimento das atividades inerentes ao "Portal ZOOM – Mais Próximo da Economia Social".

Ao Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem (GACI) compete organizar os serviços de apoio aos órgãos sociais, apoiar a gestão dos recursos humanos e gerir e promover a comunicação e a imagem institucionais.

Durante o ano de 2013 o GACI desenvolveu as seguintes atividades:

A) Apoio:

Secretariado da Direção

- Preparação, apoio e acompanhamento das reuniões de direcção, assembleia geral e conselho fiscal;

Quadro X – Número de reuniões dos órgãos sociais realizadas em 2013

Órgãos Sociais	N.º de reuniões realizadas em 2012
Assembleia Geral	4
Direção	61
Conselho Fiscal	4
Total	69

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

- Elaboração de sínteses de propostas para deliberação nas reuniões de direção;
- Elaboração das atas das reuniões de direção;
- Registo e atualização dos compromissos constantes na agenda da direção;
- Receção, classificação e distribuição interna do correio – registo de entrada de 3.110 documentos;
- Encaminhamento dos despachos da direção;
- Gestão do processo de cedência de instalações a terceiros – foram autorizados pela Direção 93 pedidos (50 pedidos de utilização de auditório, 22 pedidos de utilização da sala de formação e 21 pedidos de utilização da sala de reuniões).

Apoio à organização de iniciativas promovidas pela direção

- Apoio administrativo e logístico às reuniões realizadas entre os membros da direção e terceiros;
- Apoio administrativo às participações da direção em eventos organizados por terceiros;
- Apoio administrativo à organização do I Congresso Internacional “Economia Social nos Desafios do Século XXI”.

Quadro XI - Número de reuniões/participações da direção/2013

Órgãos Sociais	N.º de Reuniões												Total
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	
Presidente da Direção	6	14	6	7	4	4	4	5	4	3	4	3	64
Vice-Presidente da Direção	5	14	2	0	0	0	5	0	4	3	1	7	41
Total	11	28	8	7	4	4	9	5	8	6	5	10	105

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Gestão do expediente e da frota

- Execução dos procedimentos de receção de documentação, através do seu registo e distribuição após o devido despacho da direção;
- Execução dos procedimentos de expedição de documentação da direção, designadamente por via protocolar;
- Verificação das condições de limpeza dos veículos;
- Atualização das fichas dos veículos.

Apoio ao funcionamento do CNES

- Apoio ao Secretário Executivo do CNES, designadamente na preparação da documentação distribuída nas reuniões do Plenário e nas reuniões dos Grupos de Trabalho.

B) Comunicação e Imagem:

Desenvolvimento do Plano de Comunicação

- Reforço da comunicação *on-line*;
- Desenvolvimento de ações de melhoria nos sítios sob a gestão da CASES;
- Divulgação das iniciativas, atividades, projetos das organizações da economia social e de toda a atividade relevante no setor nos instrumentos de comunicação da CASES;
- Articulação com vários órgãos de imprensa nacional, do setor e com a produtora “Companhia de Ideias”, responsável pelo programa “Sociedade Civil”, da RTP2;
- Elaboração e divulgação de 13 (treze) newsletters gerais no sítio da CASES e página de Facebook da CASES;
- Articulação com o programa PAÍS POSITIVO - RTV (Regiões Tv) na realização de uma reportagem/entrevista à direção da CASES:
 - ✓ Reportagem de duas páginas- Caderno País Positivo – Semanário Sol
 - ✓ Vídeo institucional /Jornalístico com a duração de 4 a 5 minutos.
 - ✓ Transmissão em televisão por cabo. Programa País Positivo. RTV – Canal 193 da Zon e 19 da Cabovisão.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Sítio da CASES e redes sociais

- Atualização permanente do sítio da CASES, através da inserção de documentação, informações, comunicações, programas oficiais e agenda com destaque na *homepage* do sítio;
- Atualização da informação constante nos diversos menus internos do sítio da CASES;
- Divulgação de diversas atividades como formação, seminários, apelos, notas de imprensa e de notícias relacionadas sobre o setor da economia social na página de Facebook da CASES - 1600 seguidores a 31 de dezembro de 2013.

Portal ZOOM – mais próximo da economia social

- Lançamento *online* do Portal no dia 25 de abril de 2013;
- Implementação da parceria com a Link para uma nova ferramenta ZOOM de redução de custos;
- Lançamento da ferramenta ZOOM TV, em parceria com a Fórum estudante, fazendo, numa primeira fase, até para divulgação desta mais-valia do portal, a cobertura de eventos da CASES e, posteriormente, de organizações inscritas no ZOOM;
- Criação e alimentação da página do facebook ZOOM;
- Acompanhamento do processo de intervenções técnicas e de introdução de novas implementações;
- Controlo dos registos efetuados no Portal;
- Inserção de conteúdos informativos de interesse para o setor (notícias, formações, ações, iniciativas, programas de apoio).

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete de Apoio, Comunicação e Imagem

Outras atividades

- Representação institucional na Conferência Nacional 1º Emprego – Workshop “Empreendedorismo Social”, promovida pela Forum Estudante, no Instituto Politécnico de Leiria;
- Elaboração de dois *spots* de rádio e do conteúdo para o folheto de divulgação on-line (Sítios das organizações e páginas do FB) e via e-mail da Campanha “Igualdade é Desenvolvimento”, organizada pela ANIMAR. A divulgação da campanha foi reforçada numa participação no programa de rádio Luso Fonias.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- . Assegurar a gestão dos recursos humanos;
- . Assegurar a gestão orçamental, financeira e patrimonial;
- . Coordenar a aplicação do Regulamento Interno;
- . Realizar os procedimentos contabilísticos e dar cumprimento às obrigações fiscais.

Ao Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos (GFORH) compete promover e assegurar uma correta gestão dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais da CASES.

Com base neste pressuposto, o GFORH desenvolveu, em 2013, as seguintes atividades:

Gestão dos Recursos Humanos

- Organização e instrução dos processos relativos aos recursos humanos – atualização dos processos individuais;
- Recolha e verificação dos elementos referentes ao registo de assiduidade do pessoal – elaboração dos mapas de assiduidade e relatórios de assiduidade;
- Aumento da eficácia e eficiência dos recursos humanos da CASES através da sua adequada gestão, apoiando a SG nos processos de formação e de avaliação de desempenho;
- Apoio à SG na implementação das medidas de Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho.

Gestão Orçamental, Financeira e Patrimonial

- Elaboração, gestão e controle orçamental – preparação da execução orçamental de 2012, acompanhamento da execução orçamental de 2013 e preparação da proposta de orçamento para 2014;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- Realização das atividades inerentes à gestão financeira, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
- Reporte periódico à direção de mapas de gestão e controlo financeiro;
- Realização dos procedimentos contabilísticos e cumprimento das obrigações fiscais;
- Execução dos procedimentos de contratação pública (em partilha com o Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade) destinados à aquisição de bens e serviços;
- Gestão dos recursos físicos, infraestruturas e equipamentos da CASES;
- Gestão do património - Realização do inventário de bens e aprovisionamento, através do cumprimento das obrigações legais e regulamentares;
- Execução das tarefas inerentes ao economato;
- Elaboração dos documentos necessários para apresentação aos órgãos sociais, em cumprimento das disposições legais.

Regulamento Interno

- Promoção do cumprimento do disposto no Regulamento Interno.

Procedimentos Contabilísticos e Fiscais

- Realização da cabimentação de despesas, conforme o orçamento aprovado;
- Realização dos processamentos administrativos;
- Desenvolvimento das funções inerentes ao movimento das receitas e despesas e os respetivos registos contabilísticos obrigatórios;
- Cumprimento das obrigações fiscais nos prazos estipulados na lei.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

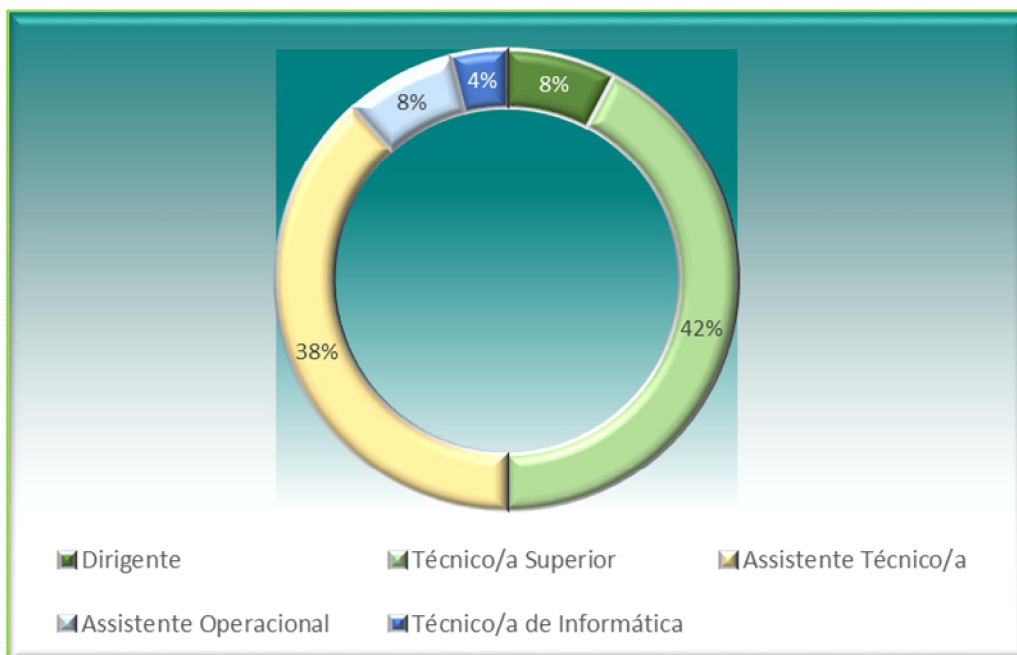
▪ Recursos Humanos:

a) Quadro XII – Recursos Humanos 2013 – Categoria Profissional:

Grupo Profissional	Homens	Mulheres	Total
Dirigente	1	1	2
Técnico/a Superior	5	6	11
Assistente Técnico/a	5	5	10
Assistente Operacional	1	1	2
Técnico/a de Informática	1	0	1
Total	13	13	26

Fonte: CASES

b) Gráfico V – Recursos Humanos 2013 – Categoria Profissional (%):



Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

- Recursos Humanos:

c) Quadro XIII – Recursos Humanos 2013 – Faixa Etária:

Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
16-24	0	0	0
25-34	3	5	8
35-44	0	4	4
45-54	4	1	5
55-64	5	3	8
65/+	1	0	1
Total	13	13	26

Fonte: CASES

d) Quadro XIV – Recursos Humanos 2013 – Nível de Habilitações:

Escolaridade	Homens	Mulheres	Total
Até ao 1º Ciclo do Ensino Básico	0	0	0
2º e 3º Ciclos do Ensino Básico	2	1	3
Ensino Secundário	3	2	5
Bacharelato	0	0	0
Licenciatura	8	9	17
Mestrado	0	1	1
Doutoramento	0	0	0
Total	13	13	26

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

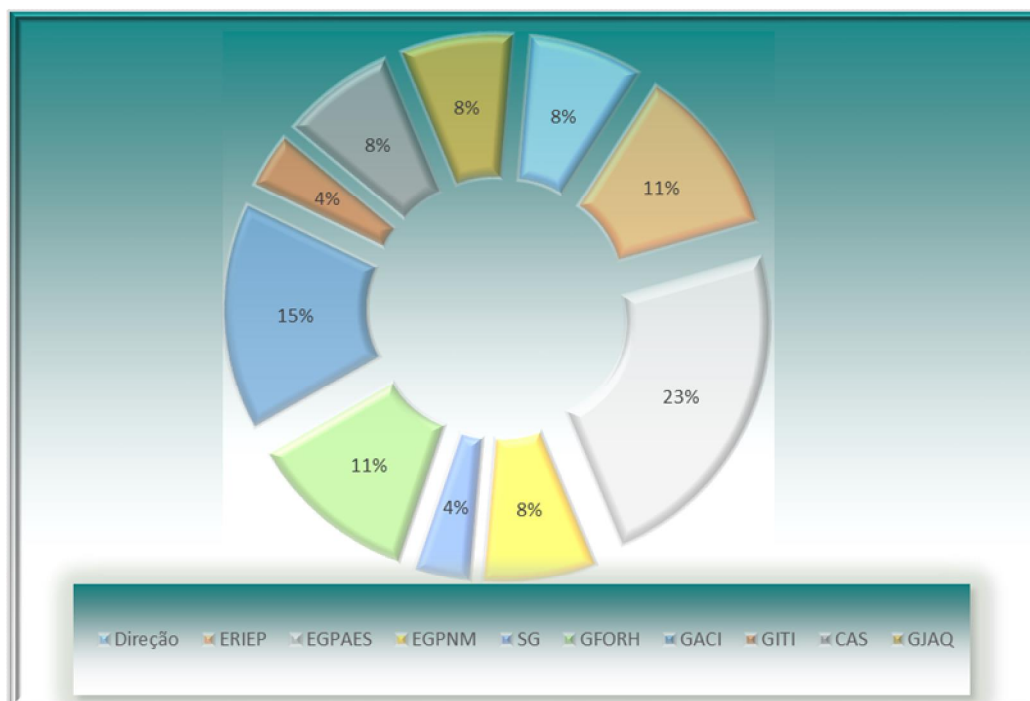
Recursos Humanos:

e) Quadro XV – Recursos Humanos 2013 – Vínculo Contratual:

Vínculo Contratual	Nomeação		Contrato de Trabalho em Funções Públicas		Contrato Individual de Trabalho		Total
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
Dirigentes	1	1	0	0	0	0	2
Técnicos/as Superiores	0	0	3	1	3	4	11
Assistentes Técnicos	0	0	2	2	2	4	10
Técnicos de Informática	0	0	1	0	0	0	1
Assistentes Operacionais	0	0	1	1	0	0	2
Total	1	1	7	4	5	8	26

Fonte: CASES

f) Gráfico VI – Recursos Humanos 2013 – Unidade Orgânica (%):



Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Financeiro, de Organização e Recursos Humanos

g) Quadro XVI – Formação Profissional 2013:

N.º de colaboradores/as			Total de horas de formação	Volume de Formação
H	M	Total		
3	5	8	198	1.584

Fonte: CASES

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação
. Gestão dos sistemas de informação;
. Gestão dos equipamentos informáticos.

Ao Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação (GITI) compete gerir o sistema informático e apoiar os/as utilizadores/as no uso corrente das tecnologias de comunicação e informação.

No decorrer de 2013 desenvolveu as seguintes atividades:

Sistemas de Informação

- Atualizações diversas no sítio da CASES – notícias, newsletter, etc (573 registos);
- Atualizações ao sítio www.sou-mais.org (6);
- Atualização da informação das Newsletters no sítio da CASES e respetivas divulgações através dos endereços de emails – 21 newsletters;
- Formatação das Newsletters em HTML (online) – 21 newsletters;
- Execução das tarefas inerentes à administração de sistema, de modo que as aplicações estejam disponíveis aos/às utilizadores/as;
- Implementação de várias máquinas virtuais, com backups assegurados, com certa regularidade, depois de instalado e configurado o computador com arquitetura VMWare ESXi 5, de alojamento de servidores virtualizados;
- Atualização da base de dados online das credenciais emitidas às cooperativas no sítio CASES.pt, de modo que o IGFSE (Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu) possa retirar a informação e atualizar a sua base de dados de apoio aos Gestores de Programas;
- Tratamento mensal da relação contributiva dos trabalhadores em funções públicas no âmbito da CGA (Caixa Geral de Aposentações) para a emissão do documento único de cobrança (DUC).

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete de Informática e Tecnologias de Informação

Equipamentos informáticos

- Renovação do parque informático dos computadores, através da aquisição de 25 computadores (Microsoft Windows 7), instalados e configurados, copiados e disponibilizados os dados dos utilizadores nas respetivas máquinas. Dois destes computadores estão em reserva para, num caso de emergência por avaria, seja reposto o posto de trabalho num curto espaço de tempo;
- Aquisição licenças do Microsoft Office Profissional 2013 (25) e instalação nos computadores;
- Manutenção e conservação do parque informático da CASES, prestando assistência aos/às utilizadores/as – 23 serviços registados;
- Atualização corrente do inventário da relação de bens de informática.

Outras atividades:

- Assistência pontual aos/às utilizadores/as dos telefones GlobalPhone;
- Serviços online – assegurar os serviços de comunicações da Internet, dos telefones e das contas de email, fazendo o ponto da situação com a PT;
- Preparação de uma máquina virtual (server05) para a implementação e apoio ao novo sistema implementado de Gestão Documental e de Gestão de Credenciais;
- Apoio às videoconferências (Skype) realizadas pela CASES, através da instalação do equipamento adequado e necessário;
- Desenvolvimento de esforços para a recuperação dos dados após verificação de avaria do computador NCR-UNIX (foi possível fazer a leitura do disco e salvaguardar as tabelas de dados em streaming tape, da qual a AIRC construiu uma máquina virtual VMWare. Deste então, estão a ser feitas tentativas para colocar a base de Dados do Setor Cooperativo em funcionamento - SGBD ORACLE);
- Interlocutor com a empresa ULTRASSIS.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Casa António Sérgio
. Requalificação da Casa António Sérgio;
. Preservação e divulgação da obra de António Sérgio;
. Elaboração e desenvolvimento de um plano de dinamização.

A Casa António Sérgio (CAS) tem por missão organizar e manter atualizada a biblioteca sobre temas da economia social e realizar atividades de dinamização cultural.

Durante o ano de 2013 desenvolveram-se as seguintes atividades merecendo especial destaque a que se refere à requalificação da CAS:

Requalificação da CAS

▪ Execução de um programa para a requalificação da Casa António Sérgio mantendo-a ao serviço do desenvolvimento do cooperativismo e da economia social, em geral, honrando a ideia inaugural que presidiu à sua criação no âmbito dos objetivos prosseguidos pela CASES. O programa em apreço, integrou o desenvolvimento de um projeto de manutenção e requalificação da CAS, finalizado no decurso do ano de 2013.

Obra de António Sérgio

- Continuidade do serviço de digitalização da obra de António Sérgio:
 - ✓ “Boletim Cooperativista”, constituído por 242 publicações, num total de 2600 páginas;
 - ✓ “Boletim Informativo para as Cooperativas” construído por 16 publicações com o total de 140 páginas;
 - ✓ 12 monografias da biblioteca pessoal de António Sérgio;
 - ✓ Global de digitalizações em 2013: 6.185 páginas.
- Toda a obra digitalizada continuou disponível para consulta na *Biblioteca Digital António Sérgio* (<http://www.bibliotecaantoniosergio.pt>), sítio que apresenta cerca de 60.000 páginas digitalizadas.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Casa António Sérgio

- Realização do tratamento documental de todas as monografias recebidas;
- Restauro de 34 volumes de enciclopédia.

Plano de dinamização

- Apoio aos/às utentes com trabalhos em curso;
- Realização de uma sessão de apresentação das novas digitalizações e das já existentes;
- Realização da sessão de apresentação do livro “Microempresas Microcrédito Auto Emprego – Programa Nacional de Microcrédito”, da autoria de António Curto e de Amílcar Martins.

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade
. Desenvolvimento dos serviços de consulta jurídica externa;
. Desenvolvimento dos serviços de consulta jurídica interna;
. Realização de estudos e trabalhos jurídicos;
. Prestação de apoio jurídico às entidades associadas;
. Desenvolvimento e implementação do sistema de auditoria interna e de gestão da qualidade.

Ao Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade (GJAQ) compete prestar apoio jurídico e desenvolver o sistema de controlo interno e de qualidade.

Em 2013 desenvolveu as seguintes atividades:

Consulta jurídica externa

- Realização de cerca de 700 atendimentos (100 presenciais/via eletrónica e 600 por telefone);
- Emissão de cerca de 500 pareceres, informações e ofícios sobre solicitações externas, designadamente sobre constituição, fusão e dissolução de cooperativas, conflitualidade entre cooperativas/cooperadores, funcionamento interno, apoios públicos, fiscalidade cooperativa e princípios cooperativos.

Consulta jurídica interna

- Apoio direto e emissão de aproximadamente 60 pareceres, informações e despachos incidentes sobre o funcionamento da CASES, designadamente sobre matérias relativas a legislação, formulários, minutas, órgãos sociais, processo eleitoral e registo, recursos humanos, planeamento de riscos corruptivos e programas financeiros, bem como colaboração solicitada por outros serviços internos;
- Condução e conclusão de 19 procedimentos por ajuste direto, ao abrigo do regime geral;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade

- Acompanhamento de diversos procedimentos por ajuste direto simplificado, a pedido de funcionários/as da CASES;
- Realização de 4 memorandos sobre questões específicas ligadas ao regime jurídico de determinados contratos celebrados pela CASES;
- Foram elaboradas as peças do procedimento (Caderno de Encargos e Programa do Procedimento) do concurso público lançado em 2014 pela CASES, tendo em vista a adjudicação, por lotes, dos serviços de apoio técnico no âmbito do Programa COOPJOVEM.

Estudos e trabalhos jurídicos

- Elaboração de textos de atualização jurídica no sítio da CASES;
- Realização de diversos estudos e trabalhos jurídicos;
- Atualização do Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas.

Apoio jurídico às entidades associadas

- Elaboração dos conteúdos das Newsletters Síntese Legislativa (seis edições);
- Elaboração dos conteúdos das Newsletters Economia Social - Síntese Jurídica (duas edições).

Auditoria e Qualidade:

- Assessoria à direção, com a emissão de pareceres e propostas sobre matérias inerentes;
- Acompanhamento do Plano de Prevenção de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas;

V - Ações desenvolvidas em 2013

Gabinete Jurídico, Auditoria e Qualidade

- Acompanhamento das obrigações declarativas;
- Análise às contas bancárias;
- Análise por amostragem à emissão de credenciais;
- Análise do sistema de gestão de inventários;
- Análise e acompanhamento dos Orçamentos;
- Verificações Aleatórias da Caixa e Fundo de Maneio;
- Controlo de assiduidade;
- Acompanhamento de projetos sobre o Plano Nacional de Supervisores Financeiros (Banco de Portugal);
- Promoção de medidas de gestão da qualidade e de responsabilidade social e ambiental.



VI – Execução Orçamental:

a) Nota Introdutória

b) Mapa de Execução Orçamental

c) Balanço

d) Demonstração dos Resultados

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados

VI – Execução Orçamental 2013

a) Nota Introdutória

1. As Demonstrações financeiras, Balanço e Demonstração dos resultados, e o Mapa de execução orçamental, referentes ao presente exercício de 2013, são apresentados e comparáveis com os respetivos documentos do exercício anterior.
2. A situação patrimonial não registou variações significativas em relação ao exercício anterior (3.306.000 euros em 2013 e 3.258.000 euros em 2012).
3. Os saldos bancários, em 31 de dezembro de 2013, ascendiam a 2.799.976 euros que comparam com 3.170.064 euros em 31 de dezembro de 2012.
4. O rendimento das aplicações financeiras no decurso do exercício foi de 99.544 euros, inferior ao rendimento homólogo do ano de 2012 (127.880 euros), por razão da quebra das taxas de juro praticadas no mercado sendo que todas as aplicações foram sempre em depósito a prazo, sem risco.
5. A estrutura organizacional manteve-se, no essencial, assim como o correspondente corpo de pessoal, conforme descrito na página 7 do presente Relatório, estando a política de remunerações em linha com as orientações executadas da legislação aplicável.

VI – Execução Orçamental 2013

a) Nota Introdutória

6. O resultado líquido do exercício foi de cerca de 377.000 euros negativos, o que representa uma variação, para menos, em relação ao ano anterior de cerca de 738.000 euros, devido, na maior parte do valor, às variações explicadas nas seguintes rubricas:

a) Nos custos com pessoal, registou-se em 2013 um aumento de cerca de 138.000 euros em relação ao ano anterior, devido, no essencial, i) a retomar-se, de acordo com as alterações à legislação, o pagamento de subsídio de férias e de Natal, que não tinha acontecido em 2012, num total de cerca de 100.000 euros e ii) ao pagamento de remunerações e respetivos encargos sociais a três delegados afetos ao programa COOPJOVEM (Regiões Norte, Centro e Alentejo), sem cuja contratação não teria sido possível, por razões regulamentares assumir a gestão do programa, no montante de cerca de 45.000 euros. O remanescente da diferença de 7.000 euros é explicado pela variação na massa salarial, entre os dois exercícios, de entradas e saídas de colaboradores, nomeadamente de direção e chefia.

Quadro XVII – Custos com Pessoal 2013/2012:

	2013	2012
Remunerações	637.350	553.454
Encargos Sociais	154.642	100.069
Total	791.992	653.523

Unidade: €

VI – Execução Orçamental 2013

a) Nota Introdutória

- b) Na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos (conta 62), verifica-se um acréscimo de custos de cerca de 125.000 euros, no comparativo com 2012, explicado, na sua maior parte, pela intervenção de manutenção e requalificação da Casa António Sérgio, que havia sido prevista no Plano de Atividades de 2012, mas cuja execução e respetiva despesa, no montante de cerca de 84.000 euros, ocorreu em 2013.
- c) Os encargos com o programa Coop Jovem, no montante total de cerca de 924.000 euros, registado na conta 659 – Outros custos e perdas operacionais, originados pela atribuição de bolsas e outros encargos, tais como remunerações, no âmbito daquele programa, sob gestão da CASES, foram suportados por reembolsos oriundos do IFDR (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional), no ano de 2013, no montante de cerca de 675.000 euros. Considerando as ações desenvolvidas no âmbito deste Programa existem ainda, aproximadamente, cerca de 249.000 euros, a receber em 2014, os quais foram reconhecidos através de um acréscimo de proveitos nas contas de 2013. Para efeitos de execução orçamental, na ótica de tesouraria, (quadro da página 77) apenas se relevam, no entanto, os valores efetivamente recebidos, e pagos, em 2013.
- d) Por sua vez, as receitas oriundas do IEFEP destinadas, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 282/2009, de 7 de outubro, a financiar o funcionamento da CASES que, no ano de 2012, foram de 1.700.000 euros, sofreram uma redução de 275.000 euros, afetando, nesse mesmo montante, o resultado de 2013, na comparação com o de 2012.

VI – Execução Orçamental 2013

a) Nota Introdutória

e) No decurso do exercício de 2013, foi identificado um desvio na tesouraria da Cooperativa, após intervenção da auditoria interna da CASES e posteriormente apurado em detalhe, através de uma auditoria externa, no montante de 201.021,34 euros. Tendo sido, por decisão da direção, realizados todos os procedimentos exigíveis, no plano legal e administrativo, incluindo apresentação de queixa-crime contra o presumível autor do desvio. Na contabilidade foi registado o montante total desviado numa conta do Ativo e criada a respetiva provisão também pelo valor total, tendo neste exercício sido corrigida a rubrica de Resultados transitados, em cerca de 118.000 euros, correspondente ao valor desviado que foi registado em custos no exercício de 2012, indevidamente, sob a designação da rubrica de impostos.

7. As “Outras Imobilizações Corpóreas” (429) dizem respeito, integralmente, à valorização do espólio da Casa António Sérgio (monografias, publicações e obras de arte).

8. Os “Acréscimos de Proveitos” (271) dizem respeito à especialização de juros, de cerca de 50.000 euros, a vencer no ano de 2014, por conta de aplicações financeiras a prazo realizadas em 2013 e com vencimento naquele ano e à especialização do valor a receber referente ao Programa Coop Jovem de cerca de 249.000 euros, conforme referido no ponto 6, alínea c) destas notas.

9. Os “Acréscimos de Custos” (273) dizem respeito à especialização do mês de férias e subsídio de férias a pagar em 2014, referente a 2013.

VI – Execução Orçamental 2013

b) Mapa de Execução Orçamental

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 2013		Valores em €	
		Executado	Orçamentado
A)	Proveitos Previstos:		
	Transferência IEFP	1.425.000	1.500.000
	Financiamento Linha Crédito (PADES / PES)	0	0
	Financiamento COOPJOVEM	675.080	2.650.000
	Outras Receitas	31.067	5.000
	Juros de Aplicações	99.544	32.000
	Total de Rendimentos e Ganhos Previstos	2.230.691	4.187.000
B)	Custos Previstos:		
1.	Custos de Estrutura:		
	a) Comunicação e Imagem Institucional (Portal, Sítio e Outros)	139.200	100.000
	Subtotal	139.200	100.000
	b) Custos com Pessoal:		
	. Remunerações	637.350	605.000
	. Encargos s/ Remunerações	154.642	107.279
	Subtotal	791.992	712.279
	c) Fornecimentos e Serviços de Terceiros:		
	. Instalações	9.000	35.000
	. Comunicações	39.761	25.000
	. Deslocações e Estadas (Portugal / Estrangeiro)	15.000	20.000
	. Despesas com Viaturas	20.599	22.000
	. Despesas Correntes	61.326	30.000
	. Serviços Jurídicos	22.140	12.000
	. Serviços Financeiros	24.870	12.000
	. Serviços Especializados	60.222	43.000
	. Outros para despesas não previstas	51.734	20.000
	. Gastos Depreciação e de Amortizações	41.395	23.000
	. Material Informático	18.195	18.000
	Subtotal	364.242	260.000
	Total de Custos de Estrutura (1) = (a) + (b) + (c)	1.295.434	1.072.279
2.	Custos com Projetos:		
	ERIEP (Relações Institucionais, Estudos e Prospetiva)		
	. Grupos Trabalho, Estudos e Projetos de Cooperação	0	17.000
	. Congressos, Seminários e Conferências	54.750	200.000
	. OCPLP (Comparticipação no Plano de Atividades)	10.000	53.057
	. Dossier Fiscal	0	25.000
	. Premio António Sérgio – Cooperação e Solidariedade	13.305	20.000
	. Ano Internacional das Cooperativas - 2012	6.300	0
	. Edições CASES	25.500	40.000
	Subtotal (d)	109.855	355.057
3.	EGPAES (Gestão de Programas de Apoio à Economia Social)		
	Programa Apoio Desenvolvimento Economia Social		
	. Observatório + Conta Satélite + Central Balanços	5.500	80.000
	. Linha Crédito (PADES/PES)	0	255.000
	. Linha Crédito COOPJOVEM	0	170.000
	. Outros Apoios COOPJOVEM	875.931	2.650.000
	. Plano de Formação (POPH/PES)	27.000	140.000
	. Apoio Projetos de Inovação Social	50.250	40.000
	. Sessões Esclarecimentos Regionais	43.850	25.000
	. Estudos e Grupos de Trabalho		15.000
	. Programa Apoio Institucional às Organizações	138.638	150.000
	Subtotal (e)	1.141.169	3.525.000
4.	EGPNM (Gestão Programa Nacional Microcrédito)		
	. Projetos de Desenvolvimento e Comunicação (PES)	0	50.000
	. Consultadoria	0	22.000
	. Programa de Apoio	0	140.000
	Subtotal (f)	0	212.000
5.	CAS (Casa António Sérgio)		
	. Requalificação de Espaços	84.549	70.000
	. Dinamização Cultural		50.000
	. Digitalização / Recuperação Obras da Biblioteca	1.476	30.000
	Subtotal (g)	86.025	150.000
6.	CNES (Conselho Nacional para a Economia Social)		
	. Funcionamento, Estudos e Grupos de Trabalho	2.500	50.000
	Subtotal (h)	2.500	50.000
	Total de Custos com Projetos (2) = (d) + (e) + (f) + (g) + (h)	1.339.549	4.292.057
	Total de Custos e Perdas B = (1 + 2)	2.634.983	5.364.336
	Resultado do Ano (A – B)	-404.292	- 1.177.336

VI – Execução Orçamental 2013

c) Balanço

Código das Contas		Activo	Exercícios			
CEE (a)	POC		01/01/2013 A 31/12/2013			2012
			ACTIVO BRUTO	AMORT. AJUST.	ACTIVO LIQUIDO	ACTIVO LIQUIDO
C		Imobilizado				
I		Imobilizações incorpóreas:				
2	433	Propriedade industrial e outros direitos	10.344	10.344	0	2.809
			10.344	10.344	0	2.809
II		Imobilizações corpóreas				
3	426	Equipamento administrativo	165.122	99.539	65.583	10.284
3	429	Outras imobilizações corpóreas	238.500	0	238.500	0
			403.622	99.539	304.083	10.284
II		Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0	0	0	0
II		Dívidas de terceiros - Curto prazo				
1	211	Clientes C/C	11	0	11	0
4	24	Estado e outros entes públicos	0	0	0	28.500
4	262+266+267+268+221	Outros devedores	224.972	201.021	23.951	1.507
			224.983	201.021	23.962	30.007
IV		Depósitos Bancários e Caixa				
	12+13+14					
	4	Depósitos Bancários	2.799.976	0	2.799.976	3.170.064
	11	Caixa	300	0	300	500
			2.800.276	0	2.800.276	3.170.564
E		Acréscimos e Diferimentos				
	271	Acréscimos e Proveitos	298.690	0	298.690	97.858
	272	Custos Diferidos	8.628	0	8.628	8.628
			307.318	0	307.318	106.486
		Total do Activo	3.746.543	310.904	3.435.639	3.320.150

IX – Execução Orçamental 2013

c) Balanço				
Código das Contas			Exercícios	
CEE (a)	POC	Capital próprio e Passivo	2013	2012
A		Capital próprio		
I	51	Capital	302.000	302.000
	521	Acções (quotas) próprias - Valor nominal	0	0
	522	Acções (quotas) próprias - Descontos e prémios	0	0
	53	Prestações suplementares	0	0
II	54	Prémios de emissão de acções (quotas)	0	0
III	55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	0	0
	56	Reservas de reavaliação	0	0
IV		Reservas		
1/2	571	Reservas legais	108.712	90.649
3	572	Reservas estatutárias	0	0
4	573	Reservas contratuais	0	0
4	574	Reservas Para Educação e Formação Cooperativa	390.692	318.440
4	575	Subsídios	0	0
4	576	Doações	0	0
4	577	Reservas decorrentes das transferências de activos	1.064.790	826.290
V	59	Resultados transitados	1.817.163	1.359.734
		Subtotal	3.683.357	2.897.112
VI	88	Resultado líquido do exercício	-376.686	361.258
	89	Dividendos antecipados	0	0
		Total do capital próprio	3.306.671	3.258.371
		Passivo		
B		Provisões		
1	291	Provisões para pensões	0	0
2	292	Provisões para impostos	0	0
3	293/8	Outras provisões	0	0
C		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0	0
C		Dívidas a terceiros - Curto prazo	0	0
1		Empréstimos por obrigações	0	0
	2321	Convertíveis	0	0
	2322	Não convertíveis	0	0
1	233	Empréstimos por títulos de participação	0	0
2	231+12	Dívidas a instituições de crédito	0	0
3	269	Adiantamentos por conta de vendas	0	0
4	221	Fornecedores C/C	0	0
4	228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0	0
5	222	Fornecedores - Títulos a pagar	0	0
5	2612	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar	0	0
6	252	Empresas do grupo	0	0
7	253+254	Empresas participadas e participantes	0	0
8	251+255	Outros accionistas (sócios)	0	0
8	219	Adiantamentos de clientes	0	0
8	239	Outros empréstimos obtidos	0	0
8	2611	Fornecedores de imobilizado C/C	0	0
8	24	Estado e outros entes públicos	12.522	21.870
8	262/2611	Outros credores	67.535	13.436
D		Acréscimos e diferimentos		
	273	Acréscimos de custos	48.911	26.474
	274	Proveitos diferidos	0	0
		Total do passivo	128.968	61.780
		Total do capital próprio e do passivo	3.435.639	3.320.151

VI – Execução Orçamental 2013

d) Demonstração de Resultados

Código das Contas			Exercícios			
CEE (a)	POC		2013		2012	
A		Custos e perdas				
2.a)	61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
		Mercadorias	0	0	0	0
		Matérias	0	0	0	0
2.b)	62	Fornecimentos e serviços externos	651.951	651.951	526.566	526.566
3		Custos com o pessoal:				
3.a)	641+642	Remunerações	637.350		553.454	
3.b)		Encargos sociais:				
	643+642	Pensões	0		0	
	645/8	Outros	154.642	791.992	100.069	653.523
4.a)	662+663	Amortizações do imobiliário corpóreo e incorpóreo	41.395		25.913	
4.b)	666+667	Ajustamentos	0		0	
5	67	Provisões	201.021		0	
5	63	Impostos	134		118.541	
5	65	Outros custos e perdas operacionais	1.032.884	1.275.434	143.084	287.538
		(A)		2.719.377		1.467.627
6	682	Perdas em empresas do grupo e associadas	0	0	0	0
6	683 + 684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	0		0	
7	(2)	Juros e custos similares:				
		Relativos a empresa do grupo			0	
		Outros	1.532		1.539	
		(C)		2.720.909		1.469.166
10	69	Custos e perdas extraordinárias		114.103		1.017
		(E)		2.835.012		1.470.183
8+11	86	Imposto sobre o rendimento do exercício		21.402		822
		(G)		2.856.414		1.471.005
13	88	Resultado líquido do exercício		-376.686		361.258

VI – Execução Orçamental 2013

d) Demonstração de Resultados

Código das Contas			Exercícios			
CEE (a)	POC		2013		2012	
B		Proveitos e ganhos				
1	71	Vendas e Prestação de Serviços				
		Prestação de Serviços	75		3.588	
1	72	Prestações de serviços	28	103	436	4.025
2	(3)	Variação da produção		0		0
3	75	Trabalhos para a própria empresa		0		0
4	73	Proveitos suplementares	0	0	0	0
4	74	Transferências e subsídios correntes obtidos	0	0		
	741	Transferências do IEF	1.425.000	0	1.700.000	1.700.000
	742	Transferências do QREN	924.109	0		
	743	Subsídios Correntes	8	2.349.117		
4	76	Outros proveitos operacionais	0	0	0	0
4	77	Reversões de amortizações e ajustamentos	0	0	0	0
		(B)		2.349.220		1.704.025
5	782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	0	0	0	0
5	784	Rendimentos de participações de capital	0	0	0	0
6	(4)	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras:				
		Relativos a empresas do grupo	0	0	0	0
		Outros	0	0	0	0
					0	0
		Outros juros e proveitos similares:				
		Relativos a empresas do grupo	0	0	0	0
		Outros	99.544	99.544	127.880	127.880
		(D)		2.448.764		1.831.904
9	79	Proveitos e ganhos extraordinários		30.964		359
		(F)		2. 479.728		1.832.263
RESUMO:						
	Resultados operacionais: (B)-(A)			-370.157		236.398
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)			98.012		126.341
	Resultados correntes: (D)-(C)			-272.145		362.738
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)			-355.284		362.080
	Resultado líquido do exercício: (F)-(G)			-376.686		361.258

VI – Execução Orçamental 2013

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A CASES - Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, constituída em 8 de janeiro de 2010, está registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número fiscal 509266614.

O seu objeto social é o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, tendo em vista estimular o seu potencial ao serviço do desenvolvimento socioeconómico do País.

2. COMPARABILIDADE COM O EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações financeiras do exercício de 2013 podem ser comparadas com as do ano anterior, uma vez que se seguiram os mesmos critérios.

3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

a) Imobilizações Corpóreas

As amortizações das imobilizações são efetuadas pelo método das quotas constantes, às taxas regulamentadas no Decreto Regulamentar n.º 25/2009, sendo totalmente reintegrados durante a sua vida útil estimada.

b) Especialização dos Exercícios

A Cooperativa reconhece os seus custos e proveitos no momento em que são ocorridos, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

7. NÚMERO DE TRABALHADORES

O número de trabalhadores à data de 31 de dezembro de 2013 era de 24, a que acresce os 2 membros da direção, mantendo a estrutura do ano anterior.

VI – Execução Orçamental 2013

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

10. MOVIMENTOS NO ACTIVO IMOBILIZADO:

Durante o ano de 2013 o activo imobilizado teve os seguintes movimentos:

ACTIVO BRUTO						
Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de Investimento e Desenvolvimento	10.344					10.344
	10.344					10.344
Imobilizações Corpóreas						
Equipamento Administrativo	71.238		93.884			165.122
Outras Imobilizações Corpóreas	0		238.500			238.500
	71.238		332.384			403.622

AMORTIZAÇÕES e AJUSTAMENTOS				
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação Reversão	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de Investimento e Desenvolvimento	7.535	2.809		10.344
	7.535	2.809		10.344
Imobilizações Corpóreas:				
Equipamento Administrativo	60.954	38.585		99.539
	60.954	38.585		99.539

VI – Execução Orçamental 2013

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

28. DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS EM SITUAÇÃO DE MORA

Não existem dívidas em mora ao estado e outros entes públicos.

36. NÚMERO DE TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO DE CADA CATEGORIA EM QUE SE DIVIDE O CAPITAL DA COOPERATIVA E O SEU VALOR NOMINAL

O Capital da CASES encontra-se representado da seguinte forma:

COOPERADORES	PERCENTAGEM	EUROS
Participação do Estado	66,22%	200.000
ANIMAR	5,63%	17.000
CONFECOOP	5,63%	17.000
CONFRAGI	5,63%	17.000
CNIS	5,63%	17.000
UMP	5,63%	17.000
UMP	5,63%	17.000
Total do Capital	100,00%	302.000

40. VARIAÇÃO NAS OUTRAS RUBRICAS DO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido nas outras rubricas do capital próprio durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi o seguinte:

	Rubricas	Saldo	Aumentos	Reduções	Saldo
		Inicial			Final
	Capital	302.000			302.000
57.1	Reservas Legais	90.649	18.063		108.712
57.4	Reservas p/Educação e Form. Cooperativa	318.440	72.252		390.692
57.7	Reservas decorrentes da Transf. Activos	826.290	238.500		1.064.790
59	Resultados Transitados	1.359.734	457.429		1.817.163
		2.897.113	786.244		3.683.357

VI – Execução Orçamental 2013

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

43. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

A direção da CASES é composta por:

-Eduardo Manuel Fernandes Graça – Presidente da direção: auferiu € 55.503,81 (rendimento anual bruto), valor de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 1º grau da Administração Pública.

-Patrícia Ramos Boura – Vice-Presidente (cessação de funções a 1 de dezembro de 2013): auferiu € 47.799,87 (rendimento anual bruto), valor de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 2º grau da Administração Pública.

-Carla Maria Ferreira Pinto – Vice-Presidente (nomeada a 2 de dezembro de 2013): auferiu € 3.617,95, valor de remuneração equiparado ao cargo de direção superior de 2º grau da Administração Pública.

-José Manuel Jerónimo Teixeira – Vogal não executivo, não remunerado (cessação de funções a 23 de setembro de 2013).

-Eleutério Manuel Alves – Vogal não executivo, não remunerado (eleito em assembleia geral a 23 de setembro de 2013).

44. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A repartição do valor líquido das Vendas e Prestações de Serviços efetuadas durante o ano de 2013 foi o seguinte:

Descrição	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas Mercadorias	75		75
Vendas de Produtos Acabados	0		0
Total de Vendas	75		75
Prestação de Serviços	28		28
Total de Vendas e Prestações de Serviços	103		103

VI – Execução Orçamental 2013

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

44.1 O Quadro das Vendas e Prestação de Serviços classifica-se da seguinte forma:

1. VENDAS

1.1 Livros

2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1 Emissão de 2^{as} vias de Credencial

44.2. O Quadro dos Subsídios obtidos e de Proveitos e Ganhos Extraordinários foi o seguinte:

Subsídios	Ganhos extraordinários
Transferências IEFP	1.425.000
Transferências IFDR	924.118
Total	2.349.118

45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	CUSTOS E PERDAS		Exercícios	
			2013	2012
681	Juros suportados		0	109
688	Outros Custos e Perdas Financeiros		1.532	1.430
	Resultados Financeiros		98.012	126.341
			99.544	127.880
	PROVEITOS E GANHOS			
			2013	2012
781	Juros obtidos		99.544	127.880
			99.544	127.880

VI – Execução Orçamental 2013

e) Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS:

Os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

	CUSTOS E PERDAS		Exercícios	
			2013	2012
695	Multas e Penalidades		94	119
697	Correcções relativas a exercícios anteriores		114.009	0
698	Outros Custos e Perdas Extraordinarias		0	898
	Resultados extraordinarios		-83.139	-658
			30.964	359
	PROVEITOS E GANHOS			
798	Correcções relativas a exercícios anteriores		30.964	359
			30.964	359

